

AIDE MEMOIRE - RP QAD

ANEXO VIII - SÍNTESES DOS OBJECTIVOS E PILARES DE APOIO

ÍNDICE

Síntese da Reunião do Grupo – Objectivo 1: Aumento da Produção.....	1
Síntese da Reunião do Grupo – Objectivo 2: Promoção de Emprego.....	9
Síntese da Reunião do Grupo – Objectivo 3: Desenvolvimento Humano e Social	20
Síntese da Reunião do Grupo –Pilar de Apoio Estratégico: Governação.....	31
Síntese da Reunião do Grupo – Pilar de Macroeconomia e Pobreza- Área de Gestão de Finanças Públicas.....	39
Síntese da Reunião do Grupo – Sistemas de Monitoria e Avaliação da Pobreza.....	52
Síntese da Reunião do Grupo – Assuntos Transversais.....	58

Síntese da Reunião do Grupo – Objectivo 1: Aumento da Produção

I. Sumário Executivo

Esta síntese é resultado dos encontros dos grupos sectoriais e do objectivo 1 “**Aumento da Produção e Produtividade**” realizado nas instalações da Direcção de Economia do MINAG, entre os dias 30 de Agosto, 10 e 12 de Setembro do corrente ano, envolvendo a participação do Governo (MPD, MINAG, MICOA, Pescas, MOPH (Estradas – ANE), INGC,) e dos Parceiros (EU, ICEIDA), cujo objectivo é planificar o exercício económico 2013 do Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD 2012-2014).

De um modo geral verificou-se que existe uma coerência entre o CFMP, os PES sectoriais e a linha orçamental. Contudo, nalguns casos verificou-se que é necessário assegurar o apoio orçamental para o cumprimento dos indicadores e para os meios de verificação mesmo que alguns não estejam no QAD, pois a sua realização concorre para a redução da Pobreza. São exemplos disso, construção dos aterros sanitários, a realização do estudo para adopção de tecnologias, entre outras.

Constatou-se que os Balanços do PES em geral informam sobre os indicadores do PARP, para entender os progressos no sector. E portanto, as ligações intersectoriais são importantes para o alcance do Objectivo 1.

Verificou-se também que existe uma evolução progressiva da integração dos assuntos transversais nos Planos sectoriais, como Ambiente, HIV/SIDA, Género, segurança alimentar e nutricional e do Desenvolvimento Rural, o que deverá merecer uma atenção especial contínua.

II. Pontos discutidos e acordados entre o Governo e Parceiros

1. *Metas do QAD 2013 (substituindo os indicadores identificados durante a RA – Anexo IV) e as metas indicativas para 2014 para o Governo, incluindo as notas técnicas;*

MINAG:

Indicador 1 - *Percentagem de produtores assistidos pela Extensão que adoptam novas tecnologias*

Meta 2013: 12%

Meta Indicativa 2014: 15%

Fontes de verificação: Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) e estudos específicos sobre adopção

Indicador 2 - *Produtividade das culturas de Milho, Arroz e Soja*

Meta 2013:

- Milho -1.014 ton/há; Arroz - 1.2 ton/há; Soja - 1.1 ton/há

Meta Indicativa 2014:

- Milho - 1.02 ton/há; Arroz -1.3 ton/há; Soja-1.2 ton/há

Fontes de verificação: Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) e estudos específicos sobre adopção

Indicador 3- Áreas com sistemas de regadio construído, reabilitado e em aproveitamento [Hectares] – cumulativa (ou não)

Meta 2013:

- Reajuste: 3.000 ha dos quais 2.000 ha no regadio do Chokwe e 1,000 ha no Baixo Limpopo.
- Em aproveitamento - 70%.

Meta Indicativa 2014:

- Construído e reabilitado -5.800 ha.
- Em aproveitamento 80%.

Indicador 4 - Número de comunidades com terra delimitada e certificada

Meta 2013:

- Delimitada: 55; Certificada: 55

Meta Indicativa 2014:

- Delimitada: 65;Certificada: 65

MPESCAS:

Indicador 5 - Mantém se a proposta do QAD 2012-2014, nomeadamente, [Número de Infra-estruturas de Apoio a Pesca Artesanal Construídos (Não cumulativos)].

Meta 2013

- 3 Mercado de primeira venda nos centros de desembarque;
- 26 Máquinas de produção e conservação de gelo;
- 2 Mercados retalhistas;

Meta 2014

- 5 Mercado de primeira venda nos centros de desembarque;
- 4 Máquinas de produção e conservação de gelo;
- 4 Mercados retalhistas

Para as metas 2013 do **indicador 5**, mantém-se os números no QAD no que concerne a 3 mercados de primeira venda e 2 mercados retalhistas e altera-se as metas de aquisição de 5 fábricas de gelo para 26 máquinas de produção e conservação de gelo.

Contudo, relativamente as metas do indicador para a matriz do QAD e as metas do PES sectorial, deve-se tomar em consideração que o PES sectorial nas suas metas faz referência a infra-estruturas construídas e operacionalizadas, por este facto os valores apresentados nos dois (2) documentos não são semelhantes devido ao objectivo final de cada instrumento.

AMBIENTE:

Embora as metas do **indicador 6** do QAD (Número de projectos e iniciativas de adaptação às mudanças climáticas em zonas de risco) para 2012 tenham sido alcançadas, o novo indicador foi identificado visando a promoção da integração dos aspectos das Mudanças Climáticas e redução de risco de desastres no processo de planificação a todos os níveis.

Assim, sendo o novo indicador consistirá na medição do Número cumulativo de sectores/instituições e províncias que integram medidas de redução de risco a calamidades naturais, adaptação e mitigação às mudanças climáticas no processo de planificação, em Substituição do Indicador 6 do QAD, identificado na RA QAD2012.

Indicador de Resultado 6: *[Número cumulativo de sectores/instituições e províncias que integram **acções** de redução de risco a calamidades naturais, adaptação e mitigação às mudanças climáticas no processo de planificação].*

Base 2010: 03 (MICOA, MINAG, MAE/INGC)

Meta 2013: 05 Sectores e 04 Províncias

Meta indicativa 2014: 08 Sectores e 06 Províncias (Nota Técnica, em anexo)

MOPH -Estradas:

Indicador 7 *[Rede de estradas aberta para o tráfego normal de veículos durante o ano, com algumas excepções].*

Metas 2013: 71%

Metas indicativas 2014: 73%

Fonte de Verificação: Relatórios mensais de progresso dos programas provinciais de estradas

2. Grau de alcance dos indicadores e metas do QAD 2012 e identificação de indicadores e/ou metas que correm o risco de não serem atingidos em 2012;

MINAG:

Indicador 1 - *Percentagem de produtores assistidos pela Extensão que adoptam novas tecnologias*

Meta 2012: 10%

Fontes de verificação: Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA) e estudos específicos sobre adopção.

Este indicador não se pode verificar agora - pelo facto de não ter sido realizado o estudo específico sobre a adopção de tecnologias devido a exiguidade de recursos, aliado ao facto de estar em curso o TIA, o que torna impossível medir este indicador. Sobre o risco de sobre ou subvalorizar o desempenho do sector, considerando o horizonte temporal. E estudo será disponível por o fim do ano, e o indicador será verificado depois.

Indicador 2 - *Produtividade das culturas de Milho, Arroz e Soja.*

Meta: Milho - 1,3 ton; Arroz - 1,3 ton; Soja - 0,85 ton

Fonte de verificação: Medição directa das culturas em campo.

O grupo concorda sobre a importância dum bom indicador de produtividade e de produção. Este indicador não se pode verificar agora, pelo facto de ter-se verificado no presente ano, um marco estatístico que compreendeu na integração dos processos de recolha de informação, nomeadamente, o Aviso prévio e o Trabalho de inquérito agrícola (TIA), fase marcada essencialmente pela uniformização da metodologia de medir a produção, que passa a utilizar a amostragem probabilística e derivação da amostra à partir da amostra mãe do Censo Agropecuário. A Realização Iº semestre foi: Milho - 1014 ton; Arroz - 1,09 ton; Soja - 0,95 ton.

Para a medição do rendimento das culturas, o requisito primário é o conhecimento das unidades primárias de amostragem que deverão ser submetidas as medições das áreas e a demarcação das parcelas para o efeito de medição do rendimento e estas merecem o devido acompanhamento dos técnicos até a colheita.

Para a campanha 2011/2012 este processo não foi verificado pelo facto de, o Plano Director de Estatísticas Agrárias ter sido aprovado depois das colheitas da primeira época. Outro sim, este processo já está acautelado para a campanha 2012/2013.

Assim, os dados reportados para este indicador, foram obtidos de forma linear à partir do quociente entre as estimativas da produção pela área cultivada. Importa realçar que, para a campanha 2012/2013 este indicador será ajustado com os dados efectivos provenientes das

medições em campo à partir de Julho de 2013. As metas também serão ajustadas para integrar este ajustamento técnico.

Pelo uso de métodos diferenciados na obtenção deste indicador, os dados alcançados nesta altura poderão ser abaixo, acima ou ao mesmo nível que os actuais, não significando deste modo que se tenha verificado redução, aumento ou estagnação da produtividade.

Indicador 3: Áreas com sistemas de regadio construído, reabilitado e em aproveitamento [Hectares]

Meta 2012: 3.000 ha (Meta Revista: 1.500 ha)

Fonte de Verificação: Relatórios do sector.

Este indicador teve a sua meta revista para 1.500 ha, o que faz com que não seja possível de ser atingida em relação as metas que constam do QAD. A meta inicial era de 3.000 ha, repartidos da seguinte forma, 1.500 ha previstos para o regadio de Chókwé e 1.500 ha para o regadio de Baixo Limpopo.

Regadios de Chókwé, dos 1.500 ha, até ao final do 1º Semestre, foram reabilitados cerca de 500 ha, representando uma realização de 30%, correspondentes a execução de 19% dos canais secundários, 9% dos canais terciários e 7% de sistema de drenagem.

Regadio do Baixo Limpopo, dos 1.500 ha previstos não foram realizados devido a reprogramação do financiamento pelo BAD, motivado pela reclassificação do projecto pelo MICOA da classe B para a classe A, o que implicou a realização de estudo de impacto ambiental, consequentemente, implicou o reajuste da proposta do orçamento a ser negociado com o BAD.

Indicador 4: *Número de comunidades com terra delimitada e certificada*

Meta 2012: Delimitada 50; Certificada 55

Fonte de Verificação: Relatórios do sector.

Este indicador, teve um bom desempenho, portanto é provável de ser atingido. No 1º Semestre de 2012, foram delimitadas 31 áreas comunitárias correspondentes a 687.427,36 ha e certificadas 20 comunidades correspondente a 104,341.35 ha, nomeadamente 14 em Cabo Delgado, 5 em Inhambane e 1 em Manica.

MPESCAS:

O **indicador 5** [*Número de Infra-estruturas de Apoio a Pesca Artesanal Construídos (Não cumulativos)*] corre o risco de não ser atingido no que diz respeito ao número de mercados de primeira venda construídos.

Metas 2012

- 12 Mercado de primeira venda nos centros de desembarque;
- 5 Fábricas de gelo adquiridas;
- 3 Mercados retalhistas

No que diz respeito as metas propostas de 2012, dois (2) Mercados Retalhistas e Sete (7) Mercados de Primeira venda não vão ser construídos devido a reformulação do Plano de Actividades do Projecto ProPesca.

MOPH -Estradas:

Indicador 7 [*Rede de estradas aberta para o tráfego normal de veículos durante o ano, com algumas excepções*].

Metas 2012: 74%

Fonte de Verificação: Relatórios mensais de progresso dos programas provinciais de estradas

Este indicador corre o risco de não ser atingido devido ao início tardio de algumas obras previstas na *Estratégia do Sector de Estradas (ESE)* e do *Programa Integrado do Sector de Estradas (PRISE)* e os atrasos verificados nas que estão em curso.

Quadro Resumo dos indicadores acima descritos:

Nr. de ordem	Corre Risco de não ser atingido em 2012	Prováveis de Atingidas em 2012	Instituição Responsável	Observação
Indicador 1	X		MINAG	Metas 2012, Mantidas para 2013
Indicador 2	X		MINAG	Metas 2013 Revistas, porém indicativas
Indicador 3	X		MINAG	Metas 2013 Revistas
Indicador 4		X	MINAG	Metas 2012, Mantidas para 2013
Indicador 6	X		MPescas	Metas 2013 Revistas
Indicador 7		X	MICOA/ INGC	Indicador e Meta reformulado
Indicador 8	X		MOPH	Metas revistas

3. Breve avaliação do progresso dos assuntos de atenção especial – RA/2012 (Anexo VI)

MINAG:

“Assegurar a implementação do Plano Director de Estatísticas Agrárias (PDEA), de modo a obter-se informação estatística agro-pecuária actualizada”: já foi aprovado pelo Conselho Coordenador do MINAG, por um lado, e está em curso a implementação de uma das recomendações que é o alinhamento metodológico entre o TIA e Aviso – Prévio, por outro lado, está em curso acções com vista a aprovação pelo Conselho Superior de Estatística e pelo Conselho de Ministros. O Sector já está a implementar a primeira parte do plano, para assegurar indicadores fiáveis sobre a produção, desde o ano 2013. O plano faz parte do plano de investimento no processo CAADP.

4. Lista dos principais estudos e revisões a serem coordenados e levados a cabo em 2013.

MINAG:

– Estudo sobre adopção de novas tecnologias

Em 2013 não vai se realizar o estudo sobre adopção de novas tecnologias por falta de financiamento.

A informação sobre adopção vai ser captada através do trabalho de Inquerito Agrícola.

No entanto, a Direcção Nacional de Extensão (DNEA) tem previsto para 2013 a realização de um Estudo sobre o Impacto do uso das tecnologias de conservação pos-colheita: o uso do celeiro melhorado modelo "Gorongosa".

O estudo será feito junto aos beneficiários da Extensão e o objectivo é de conhecer o número de produtores que adoptaram a tecnologia e qual o impacto do uso desta da tecnologia neste grupo alvo.

Este estudo será coordenado pela DNEA e realizado através de contratação de serviços. O período de realização é de Maio a Julho de 2013.

O orçamento planificado é de 1.350.000,00 Mt. A fonte de financiamento é do Orçamento do Estado (OE).

III. Conclusões

Reconhecendo a complexidade de alguns meios de verificação para a obtenção de informação fiável dos dados sobre a *produtividade (indicador 2)* e com relação Áreas com sistema de regadios construídos (*indicador 3*). Para o sector da Agricultura e no que concerne as metas do sector de Estradas com relação ao indicador 7, concordou-se em manter o indicador mas actualizar as

metas na Reunião de Planificação em Setembro de 2013, porém os mesmos devem ser indicados na Revisão Anual 2013 como indicador a melhorar para implementação em 2014;

Em geral, o grupo conclui que os encontros foram construtivos no que concerne ao diálogo entre o Governo e os parceiros e no que se refere as discussões tidas e no cumprimento do calendário estabelecido;

Na componente da integração dos assuntos transversais foi adoptado um novo indicador para a área ambiental reflectindo a integração dos aspectos ambiental nos planos. Com relação ao HIV/SIDA e Género, esta em implementação a Estratégia do HIV/SIDA e a integrados nos planos a componente de género a nível dos sectores que representam o objectivo 1, e estão previstas acções de promoção do desenvolvimento rural, a nível distrital com destaque a construção e reabilitações de infra-estruturas de mercado para o apoio ao processo produtivo e criação da riqueza no meio rural, criando uma estabilidade de renda e um empoderamento das comunidades. Em 2013 arranca O Programa do Desenvolvimento Económico Local (ProDEL), que abrangerá as províncias de Gaza, Inhambane e Sofala, focado ao desenvolvimento de infra-estruturas direccionado ao empoderamento das comunidades locais.

Adicionalmente concluiu que o período (calendário) determinado nos Termos de referência para a realização dos encontros dos grupos sectoriais e o encontro a nível do objectivo é demasiado apertado e não permite uma análise e discussão profunda dos documentos de base.

IV. Recomendações

- Encontros regulares, de diálogo sectorial entre o Governo e os Parceiros, durante e fora dos processos de RA/RP QAD;
- Obrigatoriedade de participação de alguns sectores [(MOPH - Estradas e Águas), Energia, Transportes, MIC(Comércio)] e seus respectivos Parceiros, neste processo, para garantir melhores resultados a nível da discussão dos aspectos de integração e coordenação intersectorial;
- Com relação a visão da criação de emprego na área da agricultura e pescas o grupo não teve uma discussão aprofundada, mas considerou pertinente e importante e recomenda aprofundar a discussão após a finalização da Reunião de Planificação;

Síntese da Reunião do Grupo – Objectivo 2: Promoção de Emprego

1. Avaliação do PES sectoriais de 2013

Da análise do Plano Económico e Social 2013, verifica-se que em termos de criação de emprego, para o ano de 2013, serão criados 215.592 postos de trabalho, sendo 53.898 com intervenção do sector público (INEFP, PERPU e FDD) e 161.694 pelo sector privado, desagregados por Províncias como se segue:

Niassa (8.346); Cabo Delgado (7.756); Nampula (30,000); Zambézia (24.507); Tete (24.103); Manica (13.289); Sofala (25,400); Inhambane (8.030); Gaza (18.114); Maputo Província (20.656) e Maputo Cidade (35.391).

O plano de 215.592 postos de emprego é resultante de projecções feitas com base no historial de dados de criação do emprego que tem sido registado nos anos anteriores.

Existe a consciência da necessidade de melhoria do processo de monitoria e avaliação sobre recolha dos dados e respectiva análise. Com a criação do observatório do Mercado de Trabalho em 2013 espera-se poder vir a melhorar substancialmente a recolha, sistematização, análise e divulgação de dados sobre emprego.

2. Quadro de Avaliação de Desempenho 2013 e Indicativas para 2014

A Matriz abaixo, apresenta as metas para 2013 e as metas indicativas 2014 dos indicadores 8, 9 e 10.

	Número	Indicadores	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Responsavel
Estimular a criação de Emprego – Promoção de PMEs	8 (antigo)	Melhorar o desempenho de Moçambique no “ranking Doing Business” indicador e nota técnica a ser melhorado	Reduzir em (50%) o número de procedimentos para começar um negócio			MIC/DAF
Estimular a criação de Emprego – Promoção de PMEs	8 (novo)	Número de postos de trabalho potencialmente criados com abertura de uma empresa no âmbito do		aumento em 80% em relação à 2012.	aumento em 70% em relação à 2013	MIC/DAF

		regime do Licenciamento Simplificado				
		<u>Ano Base</u> (2011): 23.374 Postos de trabalho potencialmente criados com abertura de 8.598 empresas ao abrigo do regime do Licenciamento Simplificado				
Estimular a criação de Emprego – Promoção de Indústrias com mão-de-obra intensiva	9	% de MPE's contratadas nos concursos públicos de pequena dimensão	10%	10%	15%	MOPH
Melhorar a empregabilidade dos cidadãos e Facilitar a ligação entre a procura e a oferta	10	Número de sectores abrangidos pelo sistema de certificação de competências (Não cumulativo)	Implementado SACCPC em 4 sectores profissionais do Sistema formal de educação profissional (SFEP)	SACCPC expandido a mais 2 sectores profissionais do SFEP e 2 áreas do sector informal da educação profissional.	SACCPC expandido a mais 2 sectores profissionais do SFEP e 2 áreas do sector informal da educação profissional.	INEFP/MITRAB

O indicador 8 foi identificado durante a Revisão Anual de 2012 como um dos indicadores a ser alterado. Neste processo da Reunião de Planificação do QAD o indicador foi revisto, tendo sido proposto pelo Ministério da Indústria e Comércio o seguinte: “Número de postos de trabalho potencialmente criados com abertura de uma empresa no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado” **(encontre em anexo a Nota Técnica do Indicador 8)**.

Ao longo da Reunião de Planificação do QAD no tocante ao objectivo 2 não foi possível concluir diálogo entre o Governo e Parceiros no período previsto o que também dificultou a interacção com outros grupos temáticos conforme enunciado nos TdR; Assim, sugere-se a **continuação do Diálogo após a Reunião de Planificação por forma a, dentre outros aspectos, aprimorar a proposta do novo indicador.**

3. Apreciar o grau de alcance dos indicadores e metas do QAD 2012 de forma a identificar os indicadores e/ou metas que correm o risco de não serem atingidos em 2012.

Em relação ao indicador 8, a meta deste indicador “redução em (50%) do número de procedimentos para começar um negócio” em 2012 será provavelmente atingida; Quanto ao indicador 9, a meta deste indicador (10%), apresenta progressos em relação ao ano anterior e, será provavelmente atingida; E, em relação ao indicador 10, a meta deste indicador “implementar SACCP em 4 sectores profissionais do Sistema Formal de Educação Profissional (SFEP)”, regista progressos e provavelmente será atingida em 2012.

Em resumo, com base na informação disponível, nenhum indicador corre o risco de não ser atingido.

4. Progresso em relação aos Assuntos de Atenção Especial que surgiram na Revisão Anual de 2012

Quanto ao objectivo de Promoção de Emprego, foi identificado o seguinte Assuntos de Atenção Especial na Revisão Anual de 2012: ***“Acelerar o ritmo das reformas na área do ambiente de negócios através da selecção e acções com mais relevância e impacto na promoção de emprego, a divulgação eficaz e abrangente de reformas, bem como de procedimentos regulamentares em vigor.”***

O Governo tem levado a cabo Reformas com vista a melhorar cada vez mais o ambiente de negócios. As reformas mais relevantes implementadas e em vigor em 2012 com vista a melhoria do ambiente de negócios são:

i) Avaliação dos procedimentos de importação e exportação e sua simplificação

Após várias análises e avaliações aos procedimentos de importação e exportação e com base em melhores práticas internacionais foi elaborado um projecto que se encontra em implementação piloto e expansão recente de uma Janela Única Electrónica (JUE) que permite a simplificação dos procedimentos tanto de importação como de exportação. A JUE encontra-se operacional desde 19 de Setembro de 2011, constitui um marco importante na medida que esta nova ferramenta integra boas práticas internacionais, na facilitação do comércio e melhoria do ambiente de negócios e vem substituir o Sistema TIMS - Sistema implementado em 1998.

Este sistema é destinado aos operadores de comércio externo para a partilha de informação e envio da mesma as instituições envolvidas no processamento de documentos de desembaraço aduaneiro de mercadorias e integra um aplicativo informático usado exclusivamente pelas Alfândegas de Moçambique para a gestão dos processos e operações aduaneiras relacionadas com o desembaraço de mercadoria.

A JUE, para o desembaraço de mercadorias, cobre, desde sua implementação obrigatória, os terminais internacionais marítimos de Maputo, Beira e Nacala e as Alfândegas de Tete. Espera-se que até **ao mês de Outubro de 2012** a JUE seja implementada nos terminais e fronteiras das províncias de Maputo, Manica, Tete, Nampula e Cabo Delgado.

Legislação:

- Diploma Ministerial nº 16/2012 de 01 de Fevereiro – Regulamento do Desembaraço Aduaneiro de Mercadorias.
- Diploma Ministerial nº 25/2012 de 12 de Março, concernente ao uso do Sistema Janela Única Electrónica para a submissão da declaração aduaneira e prestação de demais informações inerentes ao desembaraço aduaneiro de mercadorias.
- Ordem de Serviço nº 12/GD/DGA/2012, Uso do sistema da Janela Única Electrónica para a submissão da declaração aduaneira de mercadorias.
- Ordem de Serviço nº 03/GD/DGA/2012, Cadastro para Acesso a Janela Única Electrónica – JUE.

ii) Estabelecimento de serviços de consulta telefónica e E-mail sobre assuntos fiscais

O estabelecimento das linhas verdes telefónicas e endereço de e-mail para esclarecimentos sobre assuntos fiscais aos contribuintes, bem como a maior divulgação sobre fiscalidade, permitiu maior consciencialização da responsabilidade fiscal bem como maior clareza sobre os processos fiscais e tributários.

iii) Melhoria do sistema de tributação dos pequenos contribuintes (ISPC)

O ISPC veio trazer um tratamento diferenciado na tributação de pequenos contribuintes, diminuindo o tempo gasto no processo de apuramento e cumprimentos das obrigações fiscais bem como permitiu o alargamento substancial da base tributária pela subscrição de micro e pequenos empreendimentos.

Ano	Sujeitos passivos inscritos	Taxas			Receitas (milhares de meticais)
		75.000,00 Mt	3%	Isentos	
2009	9.040	62	8.603	375	2.104,81
2010	33.130	13	32.518	599	23.629,97
2011	38.671	-	38.589	82	43.500,00
Total	80.841	75	69.611	1.056	69.244,78

iv) Estudo para criação de um Centro de Informação de Crédito e registo de mutuários

O Banco de Moçambique já elaborou o conceito e proposta de criação da central de Informação de Crédito, procedeu a consulta pública bem como submeteu ao Ministério das Finanças com vista a submissão e apresentação ao Conselho de ministros para apreciação e aprovação. A central de informação de crédito poderá trazer um alívio na problemática de acesso ao financiamento e, possivelmente, na redução dos custos de crédito.

v) Desenvolver a Bolsa de Valores para as PME's e incentivar a emissão de títulos, obrigações e acções

Esta iniciativa tinha como objectivo a possibilidade de acesso a capital fresco pelas PMEs em Moçambique, no entanto, a aderência foi bastante reduzida dado que este ainda se apresenta um conceito relativamente novo para o mercado local e pelo facto de maior parte das PMEs não reunirem requisitos básicos para sua subscrição na Bolsa. Pelo que seu impacto ainda seja extremamente ténue.

vi) Transferência de licenciamentos provinciais para os BAUs nos termos do Dec. 14/2007 de 30 de Março (Melhoria de performance dos BAU)

Foi aprovado pelo Governo do Decreto n.º 5/2012, de 7 de Março, que trata do novo regime jurídico do licenciamento simplificado das actividades económicas. Mantém-se o princípio de atribuição da licença na hora, contra apresentação da documentação requerida. Por outro lado, das 44 áreas cobertas antes da aprovação do presente Decreto foram estendidas para aproximadamente duzentas, cobrindo 9 sectores de actividade económica (agricultura, comércio, indústria, construção civil, pesca, comunicações, cultura, turismo e serviços), o que permite que mais actividades económicas sem impacto negativo na segurança de pessoas, ambiente e saúde pública possibilitem um licenciamento expedito. Este regime beneficia em grande medida às micro, pequena e médias empresas moçambicanas operando nos nove sectores de actividade.

O custo da licença simplificada é pago uma única vez e o seu valor é de 1300,00 MT. O pedido da licença simplificada, é feito mediante apresentação de formulário próprio, constante do Anexo 2 do presente regulamento, devidamente preenchido, acompanhado pelos seguintes documentos: (a) Cópia do Bilhete de Identidade ou Passaporte ou Carta de Condução ou Carteira Profissional ou Cartão de Eleitor válidos, para os nacionais e para os estrangeiros, o DIRE ou autorização precária de residência com validade mínima de 6 meses; (b) Certidão de registo de entidade legal ou cópia da publicação do estatuto no Boletim da República e prova da qualidade do requerente, tratando-se de pessoas colectivas; (c) Número Único de Identificação Tributária; É possível a apresentação de documentos em formato físico ou electrónico. Este último aspecto constitui uma grande inovação, prevendo já o funcionamento de uma plataforma tecnológica no processo de licenciamento.

Por fim clarificou-se a competência para o licenciamento, considerando ser uma actividade exclusiva dos Balcões de Atendimento Único onde existam, e onde estes não existam dos municípios e das administrações distritais.

vii) Consolidar o Centro de Informação de Negócios (CIN) e expandir as suas actividades

Recentemente se tem operacionalizado o CIN e já apresenta um diferencial pela sua actuação. O CIN abriu recentemente uma página no Facebook, que apresenta cerca de 2500 visitas por semana, e que permite notícias recentes e actualizadas semanalmente sobre ambiente de negócios, eventos e oportunidades de negócios. Já se está em processo de criação de uma página *web* e um portal mais abrangente que incluirá para além das reformas e informações actualizadas, também a legislação relevante ao negócio em diversos sectores.

Não obstante os progressos alcançados com as reformas reportadas acima, estão por aprovar as seguintes legislações com impacto na economia e no ambiente de negócios:

- Proposta de Lei da Insolvência – esta Lei permitirá melhor tratamento de falências e uso de prerrogativas adequadas para a recuperação do empresário. Em Julho de 2012, o Governo retirou a proposta de lei da AR, solicitando uma Autorização Legislativa daquele órgão para o CM para sua posterior discussão e aprovação.
- Proposta de Lei da Concorrência – uma lei de relevante importância na dinamização do mercado e na prevenção de fusões, concertação de preços e outras práticas anti-concorrenciais. A proposta de lei foi novamente depositada para discussão e aprovação da Assembleia da República no início do segundo semestre de 2012, aguardando pelo agendamento e aprovação pela Assembleia da República.
- A Elaboração de regulamentos sobre a Lei de Trabalho (regulamentos sobre trabalho mineiro, trabalho marítimo, trabalho portuário, trabalho por empreitadas, regulamento do trabalho por avença, entre outros) que são de extrema importância para a dinamização do

ambiente de negócios e facilitação em fazer negócios em Moçambique, não tem apresentado celeridade desejável.

- Transferência de serviços aos BAU – vê-se necessário a melhor coordenação e colaboração entre os vários ministérios e entidades tutelares e a criação de uma visão única sobre simplificação e celeridade dos processos de transferência e harmonização dos processos e procedimentos.
- Funcionamento pleno da Inspeção Nacional das Actividades Económicas (INAE) – a INAE tem-se demonstrado proficuo na inspecção de preços, qualidade e comércio durante todo o ano, especialmente nos períodos festivos dos últimos 2 anos. Por outro lado, o combate a pirataria e contrafacção tem merecido uma atenção especial da INAE.
- A partir de meados de 2012 a estrutura da INAE ao nível das províncias foi reforçada com a nomeação e tomada de posse de delegados provinciais da INAE, bem como a conclusão do processo de transferência de quadros vindos de outros sectores para integrarem a INAE. No entanto, o INAE ainda não se apresenta plenamente funcional. Tal facto deriva da necessidade de apoio técnico e financeiro, bem como da aprovação de legislação complementar, manuais de procedimento e contratação pessoal adicional.

5. Visões para estimular a criação de emprego em diferentes áreas temáticas, e sua contribuição para o crescimento económico mais abrangente.

O Assunto sobre a visão para se estimular a criação de emprego em diferentes áreas temáticas e analisar como melhor contribuir para o crescimento económico abrangente é bastante importante e relevante.

Considerar o Emprego como assunto transversal é pertinente, mais precisa-se de mais tempo para poder efectuar trabalho mais aprofundado em relação a este processo. Porém, sugerisse dar continuidade com o dialogo pós finalização do processo Reunião de Planificação, esta questão beneficiará de um dialogo continuou ao longo dos anos.

6. Analisar e alistar os principais estudos e revisões a serem coordenados e levados a cabo em 2013, o respectivo responsável e o seu respectivo calendário.

Neste âmbito ainda não existem estudos previstos para 2013.

7. Anexo

Nota técnica do indicador 8 da matriz do QAD

Indicadores da Matriz do QAD 2011 – Ficha Técnica

OBJECTIVO	Promoção de Emprego: Gerar novas oportunidades de emprego através do aumento da abrangência do regime do Licenciamento Simplificado com vista ao potencial aumento de postos de trabalho.
ÁREA	Melhoria do Ambiente de Negócios

Objectivo do Indicador: O objectivo do indicador é acompanhar a evolução da melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

Indicador: Número de postos de trabalho potencialmente criados com abertura de uma empresa no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado.

Resultado: X

Produto: _

Definição do Indicador: Este indicador serve de base para análise e avaliação das medidas de reformas que vem sendo introduzidas e implementadas tendo em vista a melhoria do ambiente de negócios e desenvolvimento do sector privado.

Unidade de Medida: expresso em percentil

Nível de Desagregação: macro: _ provincial: _ distrital: _ urbano: _ género: _
rural: _

Meio de Verificação

Fonte de Verificação: Relatórios Consolidados dos BAUs.

Método de Colecta: A equipe técnica do Ministério da Indústria e Comércio através dos relatórios periódicos de cada BAU, fará a colecta e consolidação da informação relativamente ao número de postos de trabalho criados com a abertura de novas empresas ao abrigo do Decreto 5/2012 de 7 de Fevereiro sobre o Licenciamento Simplificado. Os dados compilados refere-se a informação disponibilizada pelo empresário no acto do preenchimento do formulário de solicitação de licença de actividade económica no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado.

Frequência de Colecta: trimestral

Instituição Responsável pela recolha: Equipe técnica do MIC (DASP)

Problemas de fiabilidade de dados (se for aplicável): os dados recolhidos baseiam-se na previsão da necessidade de mão-de-obra do empreendedor no início de sua actividade, não sendo verificado *in loco* a real existência de tais postos de trabalho e nem a sua expansão.

Ano Base (2011): Postos de trabalho potencialmente criados com abertura de 8.598 empresas ao abrigo do regime do Licenciamento Simplificado foram 23.374.

Meta 2012: aumento de 70% em relação à 2011.

Meta 2013: aumento de 80% em relação à 2012.

Meta 2014: aumento de 70% em relação à 2013.

EMPREGOS POR SECTORES DE ACTIVIDADE

Quadro: Distribuição das colocações e admissões directas por sectores, segundo secções do CAE

Provincia	Niassa	C. Delg.	Namp	Zamb	Tete	Manica	Sofala	Inh'bane	Gaza	M. Prov	Map. C.	Total	%
Sector de Actividade/Total	6.505	5.786	19.462	14.694	9.744	10.895	18.666	3.708	3.782	7.962	14.793	115.997	100
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	2.300	1.273	4.848	2.680	5	13.348	1	-	3.916		28.371	24
Pesca	-	-		583	193	-	63		-	-		839	1
Indústrias extrativas	-	496		1.004	3.181	-	1	2	-	55		4.739	4
Indústrias transformadoras	-	-	3.592	122	400	27	174	13	-	1.721		6.049	5
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	-	-		181	125	-	47	8	-	125		486	0

Construção	2	1.513	4.014	4.783	780	22	1.099	81	36	1.290		13.620	12
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e domésticos	1	311	4.647	1.245	650	1	1.398	13	16	115		8.397	7
Alojamento e restauração (Restaurantes e similares)	2	870	2.960	369	290	1	344	91	39	89		5.055	4
Transportes, armazenagem e comunicações		-	1.492	161	200	-	517	1	40	284		2.695	2
Actividades financeiras	2	-		46	26	-	39	3	12	23		151	0
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas		-	640	20	40	-	1.325	8	4	36		2.073	2
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	39	105		-	525	240	8	36	15	15		983	1
Educação		-		829	30	-	52	1	-	-		912	1
Saúde e acção social	1	-		282	9	-	11	1	-	13		317	0
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	40	-		213	612	114	47	6	25	272		1.329	1
Famílias com empregados domésticos		15		-	3	-	56	2	-	8		84	0

Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais	-			8	-	-	137			-	-		145	0
Sem classificação	6.418	176	844			10.485		3.441	3.595			14.793	39.752	34

Síntese da Reunião do Grupo – Objectivo 3: Desenvolvimento Humano e Social**1. Avaliação do Desempenho Sectorial das metas do QAD do ano 2012****a) Educação**

Embora se tenham observado progressos relativamente ao ano anterior pode-se observar que o sector não vai cumprir duas das suas metas, nomeadamente as metas da **taxa de escolarização (total) aos 6 anos** e do **rácio alunos por professor**. Será atingida a meta da **taxa de escolarização aos 6 anos (sexo feminino)**.

Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe, total: O não cumprimento deste indicador resulta principalmente da estagnação verificada em 2011. A meta previa um crescimento em 3 pontos percentuais (total) em comparação com o valor observado em 2011. Considerando o abrandamento do crescimento do número de alunos frequentando o Ensino Primário, em consequência da expansão verificada ao longo dos anos passados, é proposto o ajuste das metas anteriormente estabelecidas para os anos 2013 e 2014 do indicador “taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe” para um crescimento anual em 2 e 3 pontos percentuais respectivamente. Em 2012 observou-se um crescimento da taxa de escolarização aos 6 anos em 2 pontos percentuais relativamente a 2011, em consequência do enfoque dado pelo sector à entrada na 1ª classe na idade certa (6 ou 7 anos). A taxa líquida de escolarização aos 7 anos é já de cerca de 100%.

Rácio alunos por professor: A estagnação do rácio alunos por professor resultou, por um lado, do crescimento do número dos alunos no ensino primário e, por outro lado, da contenção na contratação de novos professores (7.300 em 2012 contra 8.500 em 2011). Mantém-se a meta estabelecida para 2013 (rácio de 61) na certeza que há um grande risco de não cumprimento, por um lado devido a restrições ao nível da contratação de professores e, por outro lado, à necessidade de contratar mais docentes para os níveis do pós-primário.

Metas Para QAD 2013 e Indicativas para 2014

Indicadores de Produto	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	
1. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe (ensinos público, privado e comunitário) – Total Meninas	73%	76% (74%)	79% (77%)	MINED
	71%	74% (73%)	77% (76%)	MINED
2. Percentagem de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário		Recolha de dados Área de competência: leitura	Relatório preliminar até finais de Abril Relatório final até finais de Outubro (linha de base)	MINED
3. Alunos por Professor no Ensino Primário do 1º Grau (1ª à 5ª classes) (ensino público, diurno)	62	61	60	MINED

Indicador em revisão – Ponto de Situação

Indicador 15 do QAD 2012 “Adopção de um sistema de avaliação de competências básicas”:

Nas discussões em torno da avaliação dos progressos do sector em relação aos indicadores do QAD em 2011/12, o indicador relativo ao incremento do desempenho dos alunos na leitura, escrita e aritmética, tornou-se difícil de medir e pouco claro. Fundamentalmente, o indicador representou a intenção do sector de tornar o sistema educativo mais eficaz através de um melhor acompanhamento da aprendizagem dos alunos.

Assim, foi acordado durante a Revisão Anual de 2012, a revisão do indicador de forma a clarificar que o que se pretende medir é o nível de aquisição das competências básicas dos alunos do primeiro ciclo, especificamente em termos de aquisição das competências básicas de leitura e cálculo de acordo com o definido pelo currículo para este nível do Ensino Primário.

A proposta do novo indicador é : *Percentagem de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário*, suas metas para 2013 e 2014 apresentam-se no quadro abaixo.

Apreciação do PES e OE 2013

Nos próximos anos, o Governo continuará a privilegiar o ensino primário de sete anos para todas as crianças, de modo a que elas tenham a oportunidade de frequentar e concluir a Escola Primária de sete classes, de qualidade. Nesta perspectiva, o enfoque será dado à melhoria dos processos e condições de ensino-aprendizagem, bem como ao aumento da capacidade da sua gestão, através da consolidação das reformas já iniciadas neste nível de ensino.

O PES é elaborado a partir do plano operacional que anualmente é actualizado em função das realizações do sector no ano anterior e das possíveis mudanças de contexto. O PES ainda toma em conta os recursos financeiros e humanos disponibilizados ao sector para o ano seguinte.

Efectivos

É esperado que em 2013 o número de alunos no ensino geral cresça em 5%, com maior destaque para o 2º ciclo do ensino secundário. No ensino técnico, conforme a política, está previsto uma expansão da oferta através de cursos de curta duração, a consolidação do nível médio e a redução dos novos ingressos no nível básico. O sector continuará a formar mais professores no programa de formação de 10^a+1, enquanto o piloto de novo modelo de formação de professores de 10^a+3 será expandido para incluir mais 3 IFPs.

Acções prioritárias

Em consonância com as prioridades do Governo, o sector continuará a privilegiar o ensino primário. O enfoque do PEE na aprendizagem do aluno traduz-se, entre outros, na finalização da elaboração dos padrões e indicadores de qualidade de aprendizagem e da escola (ensino primário), na capacitação dos directores da escola, na elaboração dos padrões de qualidade para os programas de alfabetização, na consolidação e expansão da implementação do Quadro Nacional de Qualificações Profissionais (ensino técnico-profissional), no acompanhamento do processo de aprendizagem através de instrumentos diagnósticos (provinha no ensino primário e dos testes trimestrais no ensino primário e secundário) e de avaliação (SACMEQ III e avaliação nacional da proficiência na leitura - 3ª classe), na aplicação dos instrumentos de controlo de qualidade das IES, bem como o reforço da supervisão integrada e do controlo interno.

Ao mesmo tempo, o sector continuará a investir na melhoria do ambiente escolar através do programa de construção acelerada, da aceleração da aquisição das carteiras escolares, da distribuição dos livros e materiais didácticos (incluindo o apetrechamento das bibliotecas, salas de informática e laboratórios no ensino pós-primário), entre outros.

O sector continuará, em cooperação com os seus parceiros, a introdução e expansão das medidas de apoio social como sendo, por exemplo, o projecto-piloto do lanche escolar (ensino primário), o Apoio Directo às Escolas (ADE), e o projecto-piloto para aumentar a participação das meninas no ensino primário e secundário. Ao mesmo tempo, será preparada a expansão da oferta de ensino pré-escolar em 5 províncias, através da implementação do projecto-piloto nesta área.

Orçamento

Embora continue difícil analisar a proposta do orçamento global do sector por nível do ensino, incluindo os distritos, o orçamento do sector continua a crescer. Este crescimento facilita a contratação de novos professores e de pessoal não-docente (em volta de 8.500 novas admissões) (ainda em negociação no contexto da elaboração do PES/OE 2013). Deve-se notar que a proposta para a contratação ainda está aquém das necessidades do sector em termos dos seus

objectivos de melhorar a qualidade do ensino através da redução dos rácios alunos por professor e alunos por turma e aumentar a capacidade de gestão do sistema particularmente nos níveis descentralizados.

b) Saúde

Os indicadores definidos nas Matriz Estratégica do PARP 2011-2014 e seleccionados para o QAD de 2013 São, a Taxa de Cobertura de Partos Institucionais, cuja meta é de 65%; Percentagem de Crianças menores de um ano completamente Vacinada, com Meta de 78% e o Número de Novos Graduados das carreiras específicas de Saúde com meta de 2010. Fica excluída da proposta para o QAD 2013, o indicador Taxa de Mortalidade institucional por desnutrição grave, em virtude das novas orientações da OMS, considerarem este indicar não medir devidamente o desempenho do sector e ainda por a ACAXI recomendar a sua substituição da matriz do QAD sectorial, por Taxa de Cura por desnutrição Grave.

Taxa de cobertura de partos Institucionais, alcançada a cobertura de 68% dos partos institucionais. Boas perspectivas para o alcance da meta anual de 63%. Construídas 21 casas de espera para mulheres grávidas o correspondente a 38%, Expandido para 29 (58%) Unidades Sanitárias que oferecem assistência materna e neonatal humanizada (Maternidades Modelo) e formados 197 (89.5%) profissionais de Saúde.

O Rácio de Trabalhadores de Saúde nas áreas de Medicina, Enfermagem e Saúde Materno Infantil por 100.000 habitantes, durante o primeiro semestre, Iniciaram 41 (55%) cursos com 1.293 alunos, foram encerrados 21 cursos com 593 (30%) e foram Colocados 900 novos graduados, o correspondente a 42%.

Em termos de perspectivas do cumprimento da meta de 2012, este merece especial atenção, pois dependente das novas colocações. Até ao momento o sector colocou 900 técnicos recém graduados, no entanto o maior numero de graduados espera-se em dezembro de 2012, o MISAU, poderá não atingir a meta prevista, devido as perdas escolares e ao facto dos técnicos formados nas instituições privadas não terem a obrigação de trabalhar para o MISAU após a sua formação.

% de Mulheres Grávidas Seropositivas que recebem medicamentos ARVs, nos últimos 12 meses para reduzir a transmissão de mãe para filho, os serviços de Prevenção da Transmissão Vertical (PTV), expandiram para mais 43 Unidades Sanitárias, correspondente a 78%, actualmente estes serviços realizam-se em 1060 Unidades Sanitárias. Durante o periodo o sector formou mais 81 profissionais de saúde em PTV.

Dos resultados alcançados nos primeiros seis meses, beneficiaram de PTV 11.693 mulheres o correspondente a um indice de cumprimento da meta de 13.2%. em termos de perspectivas do cumprimento da Meta, durante o primeiro semestre de 2012, entraram em vigor novos instrumentos para o Registo e agregação dos dados do Programa de Saúde da Mulher e Criança e HIV, o que ate certo ponto está na origem das baixas coberturas verificadas. Contudo decorre

neste momento no sector a primeira avaliação aos instrumentos e a qualidade dos dados produzidos.

Metas Para QAD 2013 e Indicativas para 2014

Para o ano de 2014 propõe-se como metas 66%; 80%, para a cobertura de partos institucionais e para a cobertura de crianças completamente vacinadas, respectivamente, sendo que para os novos graduados das carreiras específicas a meta está ainda por definir-se ao nível do sector.

Apreciação do PES e OE 2013

Da apreciação conjunta do PES e OE 2013, Parceiros e MISAU, não foram levantadas questões de grande destaque.

O Ministério da Saúde, foi atribuído um limite de 2.504.736,97 milhares de Meticais para 2013, dos quais 1.924.736,97 milhares de Meticais para Orçamento de funcionamento e 580.000,00 milhares de Meticais para o Orçamento de Investimento. O sector prevê também beneficiar de 2.770.198,00 milhares de Meticais do Fundo PROSAÚDE e alguns financiamentos para projectos, sendo os compromissos e a estimativa ainda por confirmar. O Orçamento de Estado aumentou de 26% em termos nominais enquanto que o PROSAUDE por enquanto reduziu 14%.

Espera-se colectar 280.041 milhares de Meticais de receitas de Assistência Médica e Medicamentosa e 284.257,63 de receitas de venda de medicamentos, segundo projecções do CDFMP 2013 – 2015.

c) Acção Social

No primeiro trimestre foram assistidas um total de 285.620 pessoas, o que corresponde a 92% das metas para 2012. A execução orçamental das verbas destinadas aos Programas foi de 34,58% reflectindo, em parte, atrasos verificados na recepção dos fundos pelas Delegações do INAS. Entretanto, encontra-se em curso o processo de revisão dos Manuais dos Programas, incluindo a reforma do sistema de informação e gestão que tem em vista o melhoramento da implementação da ENSSB.

Apreciação do PES e OE 2013

O limite orçamental assegurado para 2013 para o Sector irá permitir assistir, sem aumentar os valores das transferências, 344.120 agregados familiares com a seguinte distribuição por programa: Subsídio Social Básico (291.604) Apoio Social Directo (43.698) e Serviços Sociais de Acção Social (8.818). O aumento dos valores das transferências seria bastante importante, pois permite garantir um maior impacto no bem estar dos beneficiários, sendo um dos objectivos da

ENSSB, em particular quando se anuncia o risco de uma subida dos preços dos alimentos nos mercados internacionais.

Metas Para QAD 2013 e Indicativas para 2014

O indicador definido na Matriz Estratégica do PARP 2011-2014 e seleccionado para o QAD de 2013 é o de Número de Agregados Familiares abrangidos por Programas de Acção Social Directa cuja meta é de 336.507. Para o ano de 2014 propõe-se como meta 371.618 agregados familiares beneficiários, prevista no PARP 2011-2014. Entretanto, dependendo do arranque do Programa de Acção Social Produtiva, poderá ser proposta a sua inclusão num indicador único relativo aos Programas de Protecção Social Básica, conforme a previsão feita no PARP.

d) Água e Saneamento

A meta do QAD 2012 o indicador “Nº total de fontes dispersas operacionais em zonas rurais” não será atingida. Essa meta foi estabelecida antes de realizado o Estudo de Base sobre a Situação do Abastecimento de Água e Saneamento Rural, o qual veio actualizar (em baixa) os dados sobre fontes operacionais existentes em 2011. Assim urge actualizar toda a projecção feita para este indicador.

Em relação ao indicador “Nº de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas”. Foram construídas 1.908 novas latrinas melhoradas no 1º semestre, mas há falta de informação compilada sobre os restantes sub-indicadores. A DNA deve apoiar os Municípios para desenvolverem/melhorarem os seus sistemas de recolha e compilação da informação requerida por este indicador – a qual, depois de compilada, será validada periodicamente pelos grandes inquéritos realizados pelo INE e DNA.

Apreciação do PES e OE 2013

Foram corrigidos alguns pormenores do PES 2013 e referidos e debatidos os seguintes aspectos:

A precaução tida na definição das metas de água rural para 2013, inferiores às de 2012 e muito inferiores às do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-2014). Por um lado a preocupação resulta de o Estudo de Base sobre a Situação do Abastecimento de Água e Saneamento Rural ter encontrado 16.928 fontes operacionais em 2011 quando a projecção inicial do PARP previa a existência de 18.900 fontes. Por outro lado resulta das limitações do método de gestão dos fundos (rapidez no desembolso dos fundos, cobertura regional do Fundo Comum do Programa Nacional de Água e Saneamento Rural), da capacidade do sector privado que não consegue executar todos os pacotes, dos preços unitários que já são até 60% superiores ao inicialmente planificado, da lentidão do arranque dos processos de contratação para obras e serviços.

A quantidade de fontes novas/reabilitadas em zonas rurais planificada para 2013 não é suficiente para atingir as metas do milénio, à luz dos documentos estratégicos do sector;

Parte significativa da intervenção das ONGs não está reflectida no PES 2013, devido ao crónico problema de captação dos dados, pelo que no final de 2013 deverá haver mais do que as 1.500 fontes novas/reabilitadas planificadas no PES 2013.

Coerência do OE 2013 em relação ao CFMP 2013-2015

A proposta de Orçamento do Estado do Sector de Águas para 2013 (OE 2013) abrange o limite atribuído ao sector mais um “excesso”. Esse excesso sobre o limite atribuído aproxima a proposta de orçamento do sector às actividades planificadas e ao CFMP 2013-2015.

Foram referidos e debatidos os seguintes aspectos da proposta de OE 2013:

- Algumas Administrações Regionais de Águas não têm projectos com financiamento externo em resultado de até ao presente momento não hever parceiros externos a financiarem actividades, a excepção das ARA Sul e Centro, e sendo que que há actividades que não conseguem realizar;
- A DNA e o FIPAG não têm orçamento de funcionamento (OF), a primeira porque é o MOPH que gere o seu OF, o segundo porque se sustenta com as suas receitas próprias.

Metas Para QAD 2013 e Indicativas para 2014

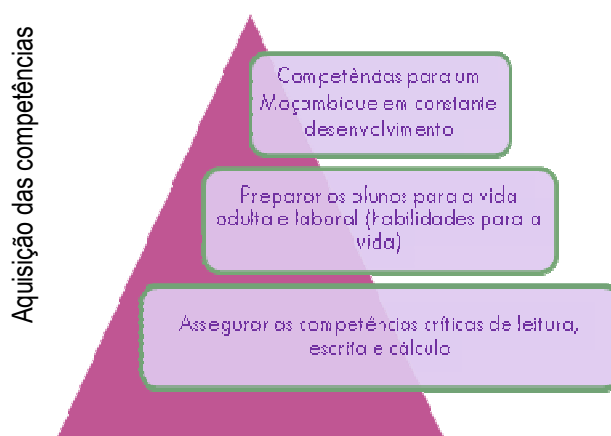
Considerando os dados recolhidos no Estudo de Base sobre a Situação do Abastecimento de Água e Saneamento Rural sobre fontes dispersas operacionais referentes a 2011, a proposta de Matriz do QAD 2013 revê em baixa o indicador “Nº total de fontes dispersas operacionais nas zonas rurais”. Propõe-se a mudança da linha de base de 2011.

Ano	Meta proposta	Meta anterior	Nº fontes novas/reabilitadas	Taxa de avarias (est.)	de % de uso (*)	% de acesso (**)
2011	16.928 (real)	18.900				
2012	18.457	19.462	2.500	10%	46,2%	65,4%
2013	19.071	19.614	2.500	9%	47,4%	66,6%
2014	19.845	20.069	2.500	8%	48,6%	67,8%

Progressos Relativos a Assuntos de Atenção Especial

Educação “Acelerar a implementação do Plano Estratégico do sector de Educação com particular realce para a melhoria da qualidade do ensino, de modo a responder ao principal desafio da aprendizagem dos alunos a todos os níveis, no que diz respeito as competências básicas de leitura, escrita e aritmética no ensino primário”.

Figura 1: A hierarquia da aquisição das competências pelo sistema educativo



Aprendizagem do aluno está no centro do PEE 2012-2016 constituindo, portanto, o enfoque dos planos e orçamentos anuais. Já desde 2011, o Plano Estratégico da Educação, aprovado formalmente em Junho, foi guiando a preparação do PES e OE 2012.

Melhorar a qualidade do ensino é um assunto complexo. O resultado do processo educativo depende de um conjunto de factores como é visualizado na abaixo.

Figura 2: Factores que influenciam a aprendizagem do aluno



A descentralização da gestão do sistema é uma grande oportunidade para melhorar a gestão da escola a partir da instituição, de um ponto de vista holístico, reforçando o papel da comunidade e do conselho da escola, tornando a escola num polo para o desenvolvimento da criança.

Em 2012 o sector continuou com a implementação dos programas desenhados para contribuir para a melhoria da aprendizagem do aluno, com enfoque no ensino primário:

Foi aprovado a estratégia da primeira-infância e o projecto-piloto para a expansão das escolinhas para os 3-5 anos; Foi introduzido o piloto do novo modelo de formação de professores (10^a+3) em 3 IFPs; Está numa fase de testagem o instrumento de monitoria da aprendizagem do aluno em termos de leitura na 3^a classe; Avançou-se a preparação do plano de acção na área de leitura e escrita; Estão em aquisição carteiras (ensino primário), livros para as bibliotecas (todos os níveis), kits para os laboratórios (ensino secundário), para contribuir para a melhoria do ambiente escolar;

O PES 2013 reflecte a continuação da sua implementação, através de, entre outros, um melhor enfoque:

No acompanhamento da aprendizagem do aluno através de finalização da elaboração de padrões e indicadores de qualidade de aprendizagem e da escola (ensino primário) e a aplicação dos instrumentos de diagnóstico (Provinha), dos testes trimestrais e de avaliação (SACMEQ III e avaliação nacional da proficiência na leitura - 3^a classe);

Na gestão escolar através da capacitação dos directores e do reforço da supervisão integrada visando a observância dos padrões de qualidade;

Na melhoria do ambiente escolar através da melhoria do programa de construção acelerada, da aceleração da aquisição de carteiras escolares, da distribuição dos livros e materiais didácticos (incluindo o apetrechamento das bibliotecas), da provisão do ADE, entre outros;

Na expansão do ensino bilingue; Na expansão do piloto do novo modelo de formação de professores;

Na introdução e expansão de medidas de apoio social como sendo, por exemplo, o piloto do lanche escolar (ensino primário). Na preparação da implementação do projecto-piloto da expansão do ensino pré-escolar em 5 províncias.

Avaliar o desempenho na sua área em relação aos assuntos transversais relevantes

Água e Saneamento:

O HIV/SIDA é componente das actividades de Participação e Educação Comunitária, particularmente nas zonas rurais. As acções ligadas as mudanças climáticas, são observados nas intervenções da componente de gestão de recursos hídricos.

Dialogar sobre as visões e possibilidades para estimular a criação de emprego na sua área temática e como esta área pode contribuir para um crescimento económico mais abrangente. (O Grupo de Promoção de Emprego irá interagir com outros Grupos Temáticos para contribuir para este dialogo).

A qualidade da capital humano é essencial para garantir os objectivos de um crescimento económico mais inclusivo. Uma mão de obra educada e saudável é um factor indispensável para garantir os ganhos de produtividade necessários à promoção de um crescimento económico sustentável. Considerando os problemas que os grupos populacionais mais vulneráveis enfrentam em termos de acesso aos serviços básicos, bem como de participação nas oportunidades económicas, sem um investimento significativo nos sectores de desenvolvimento humano e social uma parte importante da população estará excluída hoje e no futuro dos benefícios do crescimento económico. Um exemplo onde os sectores podem ter um impacto colectivo é a área da nutrição infantil. As actuais taxas de desnutrição infantil crónica são um bom exemplo de que apenas um forte investimento coordenado entre estes sectores podem quebrar o ciclo de pobreza intergeracional.

Estudo possível – Realizar um levantamento de dados sobre o impacto da saúde, educação, protecção social e água e saneamento nos níveis de emprego e produtividade, com base em experiências de outros países e quando possível, complementada com análise de dados nacionais.

QAD dos Indicadores de Para 2013 e Indicativos para 2014

Indicadores de Produto	Meta 2012	Meta 2013	Meta 2014	Responsável
Taxa de Cobertura de Partos Institucionais	63%	65%	66%	MISAU
Rácio de Trbalhadores de Saúde na área de medicina, enfermagem e SMI por 100,000 habitantes	66	68	69	MISAU
% de Mulheres Gravidas Seropositivas que recebem medicamentos ARVs nos últimos 12 meses para reduzir a trnsmissão de mãe para filho	75.2% (88.658)	84.6% (85,947)	89.8% (90,789)	MISAU
Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe (ensinos público, privado e comunitário) – Total	73%	76% (74%)	79% (77%)	MINED
Meninas	71%	74% (73%)	77% (76%)	MINED
Percentagem de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário		Recolha de dados Área de competência: leitura	Relatório preliminar até finais de Abril Relatório final até finais de Outubro (linha de base)	MINED
Alunos por Professor no Ensino Primário do 1º Grau (1ª à 5ª classes) (ensino público, diurno)	62	61	60	MINED
Numero de agregados familiares abrangidos por programa de acção social directos	279.969	344.120	371.618	MMAS
Numero de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais	19.432	19.071	19.845	MOPH/DNA
Numero de novas ligações e sistemas convencionais de esgostos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas	56.600	59.200	62.200	MOPH/DNA

Síntese da Reunião do Grupo –Pilar de Apoio Estratégico: Governação**INTRODUÇÃO**

O presente relatório tem como objectivo analisar os planos do Governo para o Pilar da Governação, acordar metas para o ano de 2013 e propor indicadores e metas indicativas para o ano de 2014 para o QAD do Governo. O mesmo está estruturado nas seguintes partes: análise e diálogo sobre os planos do Governo, grau de alcance das indicações das metas do QAD 2012, metas acordadas para o QAD 2013 e 2014, breve avaliação do progresso dos assuntos de atenção especial surgidos aquando da revisão anual; formas de contribuição para estimular a criação do emprego ao nível dos sectores e listagem dos principais estudos e revisões a serem coordenados e levados a cabo em 2013.

ANÁLISE E DIALOGO SOBRE OS PLANOS DO GOVERNO: PROPOSTAS DE PES 2013 E LINHAS GERAIS DO OE

Não foi feita a apreciação dos planos sectoriais referentes a 2013 devido a falta dos documentos de base nomeadamente: as propostas do PES dos sectores e as linhas gerais do OE 2013. A definição das metas para 2013/2014 foi baseada apenas em informação fornecida pelos grupos sectoriais do Governo aos PAPs e não na proposta do PES como é o habitual.

GRAU DE ALCANCE DAS METAS PARA O QAD 2012

A área da Governação tem 6 indicadores de desempenho. A previsão para a Revisão Anual 2013 é que as metas de três indicadores, nomeadamente o 21, 22 e 26 não serão atingidas. Segundo os dados apresentados, a meta do indicador 23 será atingida (dados do 1º semestre REO), a meta para o indicador 24 será atingida, assim como a meta do indicador 25 pesa embora para o indicador 25 os dados ainda sejam preliminares.

Pilar de Apoio: Governação						
Grupo	Nr	Indicador	Meta 2012	Proposta de meta 2013	Proposta de meta 2014	Comentários
Prestação de Serviços	21	Nível de satisfação dos utentes dos serviços públicos (Índice Geral de Obtenção de serviços IOS) e (Qualidade Geral de Serviços - QGS)	85% (IOS) e 65 % (QGS)	85% (IOS) e 65 % (QGS)	Por indicar	
Descentralização e Governação Local	22	Número de distritos com relatórios anuais de desempenho dos processos distritais elaborado com base no Sistema de Monitoria de Desenvolvimento Distrital validado pelo CCD e publicado (SMoDD)	80	80 (ao invés de 128, proposta do Governo)	128	Fase de validação pelos CCDs e publicação atrasa o cumprimento da meta conforme prevista em 2011
	23	% do orçamento transferido para as províncias, distritos e autarquias e executado na aqueles níveis territoriais	Central 57.1% Províncias 24,5%, Distritos 16,5% Autarquias 1,9%	Despesas de funcionamento (41%, 22%, 16% e 1%. Despesas de investimento (18%, 4%, 3% 1%)	por indicar	Entre 2007 e 2009 as metas foram fornecidas pelo MF em tempo útil. Apesar de o quadro de execução de janeiro a junho mostrar a realização de 22,7% 2,6% e 1,9%, a possibilidade de as metas serem cumpridas em 2012 As metas para 2013 são preliminares.

Justiça	24	Número de casos de corrupção a) denunciados; b) em investigação; c) i. Acusados, ii não acusados que aguardam produção de melhor prova, III arquivados; d) Julgados.	Estatísticas publicadas incluindo os valores envolvidos			Falta de dados comparativos para avaliar progresso. o sistema judicial tramitou no primeiro semestre, 38.600 processos julgados por sentença contra 26.182 de igual período de 2011. Do universo dos processos findos por julgamento, 25.295 são dos Tribunais Judiciais de Distrito, 13.217 dos Tribunais Judiciais de Província e 88 do Tribunal Supremo
Justiça	25	Número de casos julgados por ano	104.350 (baseline dados de 2011 =99.381)	5% aumento em relação ao número total de processos julgados no ano anterior	5% aumento em relação ao número total de processos julgados no ano anterior	38.600 processos julgados no 1º semestre de 2012
	26	Implementação efectiva do pacote legislativo Anti-Corrupção: Acções de preparação e resultados	Aprovação do Plano de Acção até 31 de Março e implementação de acções preparatórias até Dezembro de 2012			Estão por aprovar o código penal e o código do processo penal Não existe ainda plano de Acção

4. Indicação metas do QAD 2013 e 2014

A área da Governação tem 6 indicadores de desempenho. Estão a ser revistos neste exercício duas metas, a meta sobre o SMODD (indicador 22) que segundo a proposta do Governo tem que ser reduzida e cobrir 80 distritos e não 128 como está no QAD em vigor. A segunda meta refere-se à implementação efectiva do pacote anti-corrupção (indicador 26), cujo prazo não foi cumprido (previsto para 31 de Março 2012), e que o Governo propõem adiar para 2013 (31 de Março de 2013). Os parceiros destacam que, seguindo as orientações da nota técnica aprovada no JSC de 2 de Março de 2012, a meta do indicador 26 para 2013 deverá medir resultados tangíveis alcançados pelo Governo na implementação das Leis em vigor.

Conforme a proposta do Governo, duas das seis metas de 2012 passarão para 2013 - indicadores 22 (SMoDD) e 26 (implementação efectiva do pacote anti-corrupção) - o que significa um abrandamento no desempenho do Pilar. Até ao início da Revisão Anual de 2013, deverão ainda ser revistas as NTs dos indicadores 21 (pesquisa de satisfação), 22 (SMoDD), 23 (transferências fiscais) e 26 (Implementação do pacote A/C), do QAD para 2013. Finalmente, os parceiros propõem que, na Revisão Anual de 2013, os indicadores 22, 24 (Número de casos de corrupção) e 26 sejam revistos, com o objectivo de aumentar o número de indicadores, que medem os resultados e impacto das políticas do Governo.

Informação pormenorizada:

Indicador 21: *Nível de satisfação dos utentes dos serviços públicos (Índice geral de obtenção de serviços IOS) e (Qualidade geral de serviços – QGS).*

Para o ano 2012 o Inquérito de satisfação dos utentes dos serviços públicos não foi realizado por falta de fundos para a efectivação do mesmo. Para os anos 2013 e 2014 a meta do indicador sobre o nível de satisfação dos utentes dos serviços públicos será de 85% (IOS) e 65 % (QGS). Contudo dado ao custo que a pesquisa acarreta recomenda-se o uso de outros instrumentos sustentáveis que possibilitem a realização da Monitoria do Desempenho dos Serviços Públicos.

Indicador 22: *Número de distritos com relatórios anuais de desempenho dos processos distritais elaborados com base no Sistema de Monitoria de Desenvolvimento Distrital validado pelo CCD e publicado.*

Até ao momento, no âmbito da implementação do Sistema de Monitoria do Desempenho Distrital (SMoDD): i) em 2011 foram elaborados de forma participativa os formatos dos relatórios provinciais e distritais de desempenho foi realizada; ii) foi elaborado o Relatório Nacional de Desempenho de 2011, que compara o desempenho de 40 distritos (nas Províncias de Manica, Sofala, Inhambane e Maputo, ii) em 24 temas. Por outro lado os relatórios de 2011 e 2010 ainda não foram publicados ou disponibilizados à sociedade civil. Até ao fim de 2012 o SMoDD estará instalado em 85 distritos, mas prevê-se a recolha de dados só em 40, com relatórios que serão discutidos e validados no primeiro encontro obrigatório de 2013 dos respectivos CCDs. Não se prevê neste momento a elaboração de mais 45 relatórios distritais de desempenho até o fim de 2012. Conclusão: a meta para o indicador não será alcançada, visto que, a previsão da realização em 2012 é de 40 distritos (50% do previsto). Face a esta situação, considera-se mais realístico baixar a meta de 2013 para 80 distritos, ao invés de 128.

Para o ano 2014 a meta a volta do indicador será de 128 distritos.

Indicador 23: % do orçamento transferido para as província, distritos e autarquias e executado naqueles níveis territoriais.

A execução de Janeiro a Junho do presente exercício económico demonstra que cada vez mais recursos estão a ser transferidos para o nível provincial, distrital e Autárquico que se encontram com o peso de 28,4%, 22,7% e 2,6% contra os 24,5%, 16,5 e 1,9% inicialmente previstos inicialmente. A nível central a execução até Junho de 2012 encontra-se em 46,3% da estimada de 57,1% das despesas totais deduzidas. No entanto, a meta poderá ser cumprida uma vez que a execução é referente apenas a metade do ano.

Peso do OE Transferido	2012
	Exc. Jan-Jun
Central	46.3%
Provincial	28.4%
Distrital	22.7%
Autarquico	2.6%

Quadro 1: Execução da alocação e transferência de Jan- Jun de 2012

A análise da Execução de despesa no primeiro semestre 2012 feitas pelos parceiros produz dados diferentes:

Funcionamento +					
Investimenti Interno					
	Central	Provincial	Distrital	Autárquico	Total
LOE 2012	64,7	25,3	17,2	1,94	109,14
Execução I semestre 2012	26,2	11,7	9,35	1,06	48,31
Taxa de Realização	40,49%	46,25%	54,36%	54,64%	
Peso no Orç	59,28%	23,18%	15,76%	1,78%	
Peso na Execução T2	54,23%	24,22%	19,35%	2,19%	

Deverão também ser confirmadas as metas para 2012, na base da metodologia, e formalizada na Nota Técnica a necessidade de se desagregar os dados, para despesa de funcionamento e investimento (interno).

Definição das metas para 2013 e indicativas para 2014

% do Total	2013 Proposta Preliminar
Despesas de Funcionamento	
Central	41%
Provincial	22%
Distrital	16%
Autarquico	1%
Despesas de Investimento	
Central	18%
Provincial	4%
Distrital	3%
Autarquico	1%

Quadro 2: Meta preliminar de alocação e transferência para 2013 com base na nova metodologia

A tabela acima, faz mostra as metas preliminares de alocação e transferência de recursos para 2013, com base na nova metodologia acordada com os Parceiros de Apoio Programático, em que se acordou que o indicador deve fazer uma discriminação das despesas de funcionamento e investimento que é alocada para cada âmbito (central, provincial, distrital e autárquico).

Assim, como meta preliminar estima-se para as despesas de funcionamento para o nível central, provincial, distrital e autárquico seja de 41%, 22%, 16% e 1%, respectivamente. E para as despesas de investimento estima-se que 18% serão transferidos para o nível central, 4% para o provincial, 3% para o distrital e 1% para o autárquico.

Indicador 24: Número de casos de corrupção a) denunciados; b) em investigação; c) i. Acusados, ii Não acusados que aguardam produção de melhor prova; iii Arquivados; d) julgados.

Em relação ao indicador 24, sobre os casos de Corrupção¹, registou 220 denunciados; (b) 195 em investigação; 311 em instrução preparatória; (c.) 1.72 Acusados, 11.8 Abstidos pelas procuradorias, sendo: 0 aguardam produção de melhor prova e 8 arquivamentos; III. 13 Arquivados; d) 25 Julgados; 26 detidos; 5 absolvidos e 21 condenados. Uma análise comparativa com as estatísticas de 2010 (baseline) e 2011 permite concluir que não tem havido crescimento dos casos julgados. Ao contrário em Setembro de 2012 se relata apenas 25 casos julgados. Os parceiros consideram que os novos magistrados, as reformas na procuradoria e as novas leis aprovadas deviam começar a ser reflectidas nas estatísticas.

¹ Integram número de casos de Corrupção e de Desvio de Fundos.

Indicador 25: Número de casos julgados por ano

Neste âmbito, o indicador 24 sobre os casos julgados, embora o balanço semestral de 2012 indique progresso comparado com o mesmo período de 2011 (38.600 casos no 1 semestre de 2012 contra 26.182 do 1 semestre de 2011), alerta-se a par uma situação de risco, se tivermos em conta que o número de casos julgados em 2011, registou um decréscimo de 25 % em relação ao ano precedente.

Indicador 26: Implementação efectiva do pacote legislativo Anti-Corrupção: Acções de preparação e resultados.

O indicador 26 respeitante ao pacote legislativo anti-corrupção, registou a aprovação de grande parte da legislação que dele fazem parte, faltando os Códigos Penal e de Processo Penal, agendados para próxima sessão da Assembleia da República. Enquanto se aguarda a aprovação das leis acima referidas, o Governo definirá um conjunto de acções para a implementação das leis já aprovadas por forma a dotar as Instituições dos meios necessários que farão o combate a corrupção mais eficaz.

5. BREVE AVALIAÇÃO DO PROGRESSO EM RELAÇÃO AOS ASSUNTOS DE ATENÇÃO ESPECIAL SURTIDOS NO PROCESSO DA REVISÃO ANUAL 2012

Combate a corrupção

Em 2012 foi reforçada a capacidade institucional dos Gabinetes de Combate à Corrupção, com a revisão da Lei que lhes conferiu competências de acusação. Foi também aprovada a Lei de Proibidade Pública e Lei de Protecção de Testemunhas e Denunciantes. Entretanto, ainda não foram aprovados o Código Penal e o Código do Processo Penal que fazem parte integral do Pacote Anti-corrupção e constituem a garantia da sua implementação. Não obstante a não aprovação do pacote anti-corrupção na sua totalidade, as leis já aprovadas e publicadas passam a vigorar ainda em 2012, e sua implementação não poderá aguardar pela aprovação das demais leis. Em verdade, muitas acções são independentes da aprovação das demais Leis, sendo que a definição do conjunto de acções para a implementação das leis já aprovadas, constituirá o quadro de reerência das acções imediatas da implementação.

Importa destacar que a Estratégia A/C expirou em 2010 e que até hoje não foi criado um novo instrumento orientador para a matéria. Como destacado na Revisão Anual 2012, os resultados da Segunda Pesquisa nacional sobre Boa Governação e Corrupção não foram publicados.

MARP

Esta em curso a elaboração do 1º Relatório de Progresso do MARP com apoio dos parceiros de cooperação, esperando se que seja entregue ao Governo pelo Fórum Nacional em Novembro 2012 com vista a ser apresentado na próxima Cimeira do MARP em Janeiro de 2013 em local ainda por se definir.

6. BOA GOVERNAÇÃO - CONTRIBUIÇÃO PARA ESTIMULAR A CRIAÇÃO DO EMPREGO

Ao nível da descentralização e governação local, a contribuição para estimulação do emprego, passa pelo preenchimento dos quadros de pessoal dos Governos Distritais, competência descentralizada aos respectivos Administradores distritais. A proposta pode ser considerada tendo em conta atingir que a despesa salarial está a atingir níveis de cerca de 10% do PIB, além do 9% previsto na Reforma Salarial aprovada em 2008. Por outro lado através da descentralização de fundos por parte do Governo central para as províncias, distritais e autarquias, sobretudo os 7 milhões, esforços estão a ser levados a cabo para integrar a utilização deste valor na planificação do Desenvolvimento económico local, por forma a serem financiados projectos que se enquadram nos PEDDs e concomitantemente nos potencialidades locais e nas cadeias de valor identificadas em cada distrito.

Os parceiros de Cooperação salientam que os fundos do FDD podiam fazer uma diferença tanto na criação de emprego e como ter um impacto em toda a cadeia de valor se as suas prioridades fossem mais viradas ao desenvolvimento Local.

Ao nível do sector da Prestação de Serviços Públicos a componente pode dar um contributo na estimulação da criação do emprego e crescimento económico através do aumento do licenciamento simplificado aos nível dos serviços integrados a nível dos Distritos. A desconcentração da competência no licenciamento de empresas para os SDAE (Decreto 7/2012 de 7 de Março) poderá também contribuir para a melhoria do Ambiente de Negócio e a criação de emprego a nível local.

O desempenho célere dos Tribunais nos julgamentos de casos laborais e outros cuja natureza está ligada às questões do emprego, cumprimento dos contratos etc., e a criação de centro de mediação de conflitos laborais podem prestar um serviço útil ao desenvolvimento do sector privado.

7. PRINCIPAIS ESTUDOS E REVISÕES A SEREM LEVADOS A CABO EM 2013

i) Descentralização: Processo de transferência de competências e funções para os Municípios (Decreto 33/2006 e Decreto 46/2011, de 21 de Setembro). O estudo será realizado pelo Ministério da Administração Estatal com apoio dos parceiros de cooperação. Para a efectivação do mesmo está em curso a elaboração dos termos de referência.

ii) Descentralização: A canalização do 20% das receitas de exploração florestal e das coutadas turísticas para as comunidades residentes. TdR até a Revisão Anual de 2013.

iii) Prestação de Serviços Públicos: Realização da 2ª pesquisa nacional sobre o grau de satisfação dos utentes dos serviços públicos (Ministério da Função Pública).

Síntese da Reunião do Grupo – Pilar de Macroeconomia e Pobreza- Área de Gestão de Finanças Públicas

Sumário Executivo

No âmbito do Memorando de Entendimento (MdE) entre o Governo de Moçambique e os Parceiros para Apoio Programático (PAPs) foi estabelecido um quadro comum de planificação, monitoria e avaliação, alinhado com ciclo de planificação e orçamentação do Governo.

O presente relatório servirá de base para o Processo de Planificação Anual de 2012 mormente as perspectivas para definição de indicadores e metas para o exercício económico de 2013, na área temática de Gestão das Finanças Públicas. Ainda no presente, far-se-á uma breve resenha sobre o grau de implementação das acções acordadas com os Parceiros com vista ao cumprimento das metas constantes na matriz do Quadro de Avaliação de Desempenho do Governo 2012 (QAD) no período de Janeiro a Junho, baseado no Balanço do PES (BDPES) 2011, Relatório da Execução Orçamental (REO) 2012 e nas linhas gerais sobre Orçamento do Estado de 2013.

1. Execução do Orçamento do Estado de Janeiro a Agosto de 2012

As receitas do Estado cobradas de Janeiro a Agosto de 2012, atingiram o montante de 59.117,1 milhões de MT, correspondente a 61,9% da previsão anual e a um crescimento real de 8,0% em relação ao período homólogo do ano anterior. Contribuíram para este nível de desempenho as receitas fiscais, receitas não fiscais e receitas consignadas, as quais atingiram taxas de realização de 62,3%, 59,5% e 64,8%, respectivamente.

O desempenho das receitas fiscais foi resultado do maior controlo sobre as contribuintes, alargamento da base tributária, a boa cobrança dos impostos sobre bens e serviços (influenciado pelo IVA e pelo imposto sobre consumos específicos de produtos importados).

Para o mesmo período, a despesa cifrou-se em cerca de 71.514,1 milhões de MT correspondentes a 43,9%, tendo as despesas de funcionamento se situado no montante de 51.024,9 milhões de MT, correspondente a 60,4% da dotação anual e representando um crescimento de 5,9% em relação ao período homólogo de 2011. Destacam-se nesta estrutura as despesas correntes, sendo as despesas com pessoal e bens e serviços as que mais absorveram os recursos programados, com níveis de execução de 66,5% e 63,6% respectivamente.

Linhas Gerais da Política Orçamental para 2013

O Orçamento do Estado para 2013 operacionaliza a política financeira perspectivada pelo Governo e os objectivos de política económica e social preceituados no Plano Económico e Social (PES) 2013, alinhados ao Plano Quinquenal do Governo (PQG 2010-14), ao Plano de Acção Para Redução da Pobreza (PARP 2011-14) e aos Planos Estratégicos Sectoriais.

Para a elaboração da proposta do orçamento do Estado tomaram-se em consideração os limites globais para 2013 aprovados no Cenário Fiscal de Médio prazo (2013-15) e os desenvolvimentos e perspectivas da conjuntura económica nacional e internacional.

O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) é um instrumento de planificação que faz a previsão da despesa pública, bem como dos recursos financeiros disponíveis, a nível global e sectorial, num horizonte temporal de médio prazo. É rolante e sujeito a uma actualização anual, no contexto do ciclo orçamental, para reflectir as mudanças conjunturais e estruturais do momento.

Na conjuntura nacional destacam-se as expectativas optimistas associadas ao forte desempenho da indústria extractiva, e a nível internacional, efeitos ainda persistentes da crise financeira e da dívida soberana na zona do Euro nomeadamente Grécia, Portugal, Itália e Espanha.

Em 2013, a política orçamental continuará a promover a estabilidade macroeconómica e a criação de condições que reforcem os padrões de acumulação interna, o crescimento e desenvolvimento económico inclusivo, o aproveitamento do potencial de recursos naturais para maximizar a arrecadação de receitas (previstas nesta fase) e a criação de postos de emprego directo resultante de ligações na cadeia de valor.

Para o alcance destes objectivos, por um lado, o Governo prioriza a alocação de recursos para despesas públicas nas áreas estratégicas de infraestruturas, agricultura, saúde, educação e governação, destacando-se acções de implementação do Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), expansão da rede sanitária, aumento do número de salas de aulas e melhoria do rácio aluno por professor, e acções para garantir a estabilidade política através da manutenção da segurança e ordem pública².

Por outro lado, o Governo prosseguirá com a implementação das reformas, aprimorando as acções visando o alargamento da base tributária, o incremento dos padrões de eficiência e eficácia da administração tributária e adequação da legislação fiscal aos padrões internacionais e as dinâmicas económicas actuais a nível interno, para o fortalecimento da equidade e justiça fiscais

Assim, o Orçamento do Estado fixou as despesas totais incluindo operações financeiras em 174.954,96 milhões de MT que serão financiadas por 113.961,99 milhões de MT de receitas do Estado, 3.573,24 milhões de MT de crédito interno e 57.419,73 milhões de MT do financiamento externo

Assuntos de Atenção Especial

Avaliação do Progresso no Programa da Reforma do e-SISTAFE

No processo das reformas da Gestão das Finanças Públicas em curso, a acção de maior destaque concretizada foi a de aprovação em Junho de 2012, pelo Conselho de Ministros, da Visão das Finanças Públicas 2011-2025, um instrumento orientador do prosseguimento do processo de reformas na área da Gestão de Finanças Públicas, no referido período.

² Informação sobre a alocação nos sectores prioritários será disponibilizada após depósito do OE na AR

No I Semestre de 2012, o processo de expansão do e-SISTAFE atingiu o total de 84 UGB's, sendo 20 de nível central, 52 de nível provincial e 12 do nível distrital, passando-se a perfazer o total acumulado de 605 UGB's já a operar no e-SISTAFE, no País, o que corresponde a 62% do universo das UGB's existentes. Os resultados desta expansão são confirmados pela tendência crescente da execução da despesa orçamental por Via Directa, face à despesa orçamental total executada, que tem vindo a elevar-se de 29% em 2009 para 37,5% em 2010 e de 42.22% em 2011 para 45.83% até Junho de 2012.

Na perspectiva de assegurar uma cada vez maior racionalização e controlo da folha de salários na função pública, foi prevista a conclusão da expansão do e-folha (sistema informático para cálculo, processamento e pagamento de salários) em 2012 para todas as 171 Direcções Provinciais e iniciar-se sua expansão para as instituições subordinadas do Ministério da Saúde (Hospitais e Centros de Saúde) e da Educação (Escolas a todos os níveis). Esta meta foi alcançada em 100%, tendo em conta que já se expandiu o e-Folha para as 170 Direcções Provinciais existentes, atendendo que foi extinta uma Direcção Provincial (a do Turismo da Província de Maputo) e foi já iniciada a expansão do e-Folha para os Hospitais e Centros de Saúde e para as Escolas aos níveis central e provincial.

Tendo sido realizada a avaliação, junto dos Sectores a níveis central e provincial, da qualidade de uso do e-SISTAFE e da eficácia e eficiência da aplicação dos procedimentos de programação, execução, controlo do uso dos recursos públicos via e-SISTAFE, concluiu-se, entre outras constatações, que a utilização do e-SISTAFE é satisfatória e tem vindo a, e ainda requer, beneficiar-se de adequações e optimizações contínuas e acompanhar a evolução e progressos que têm vindo a operar-se nos domínios de tecnologias de informação, legal e conjuntural, bem como a adequar-se para melhor atender as necessidades dos utilizadores/usuários e determinados beneficiários do e-SISTAFE, mormente ao nível de tipos de relatórios gerais e específicos de gestão. Outras acções e recomendações importantes e relevantes para se providenciar uma maior melhoria da qualidade de uso do e-SISTAFE prendem-se com a necessidade de se encorajar:

- a) Maior recurso à execução orçamental Via Directa e desencorajar-se o recurso à Via Indirecta, ou seja Via de Adiantamento de Fundos aos Gestores e ocorrendo os demais procedimentos fora do e-SISTAFE;
- b) A implementação efectiva da funcionalidade de registo da conformidade dos actos de gestão e Processos Administrativos de execução da despesa por todos os Ordenadores de Despesa; e
- c) A obrigatoriedade de emissão de parecer pelo Órgão de Controlo Interno e da Declaração do Ordenador de Despesa sobre a Conta de Gerência da respectiva Instituição, antes do seu envio ao Tribunal Administrativo.

Com o propósito de desenhar mecanismos mais fiáveis de controlo da execução orçamental e patrimonial do Estado, já foi aprovado em 2012, pelo Ministro das Finanças, o Modelo

Conceptual do Subsistema do Controlo Interno. Assim, estão já em processo de desenvolvimento, para integração no e-SISTAFE, algumas funcionalidades de apoio à melhoria do controlo interno e de responsabilização dos gestores públicos e facilitação da prestação de contas.

Não obstante os avanços registados, subsistem ainda algumas fraquezas na rapidez com que os dados dos Órgãos de Controlo Interno (OCIs) chegam à IGF, na sua qualidade de Unidade de Supervisão do Controlo Interno, para a actualização e tomada de medidas de acção. Esta fraqueza será ultrapassada com a réplica e aplicação, em todos os OCIs, do sistema em uso na IGF de acompanhamento e gestão das recomendações emanadas pelos OCIs e pelo Órgão de Controlo Externo (isto é, pelo Tribunal Administrativo).

Com vista a assegurar que o Estado apresente um balanço sobre os bens patrimoniais do Estado na Conta Geral de 2012 a elaborar em 2013, foi concluída a elaboração do Modelo de Negócio para o Cadastro de Empreiteiros e Fornecedores (CEF) e iniciou-se a do Modelo de Negócio da funcionalidade de Incorporação Contabilística de bens patrimoniais do Estado a adquirir a partir de 2013, bem como se aprovou o Classificador Económico da Despesa e foi revista a Nota Técnica do Classificador Orgânico com vista a enquadrar a Lei de Base da Organização e Funcionamento da Administração Pública (LEBOA).

Foram também realizadas sessões de trabalho com o MAE e o INE no âmbito da revisão do Classificador Orgânico e disponibilizado o Classificador Territorial pelo INE, deu-se continuidade à especificação para incorporação contabilística de bens a adquirir por Vias Directa e de Adiantamento de Fundos a partir de 2013, iniciaram-se trâmites com vista a contratação de consultoria para a elaboração do catálogo de materiais, na fase I (Diagnóstico Actual), a recolha da lista de itens a incorporar no Catálogo e a definição da metodologia de recolha de preços de referência em colaboração com o INE, escolhendo-se a Cidade de Maputo como piloto para esse efeito.

No que se refere a monitoria dos processos de contratação está em desenvolvimento a funcionalidade para a gestão de informação sobre contratações públicas integrada no e-SISTAFE, de onde se poderá aferir no acto de emissão da nota de cabimento da despesa relativa a empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e prestação de serviços, informações sobre Regimes Jurídicos de Contratação e Modalidades de Concursos previstas no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 15/2010, 24 de Maio, bem como, o número do contrato e a respectiva despesa; cuja entrada em funcionamento está prevista para finais do presente ano.

Em relação a profissionalização da carreira de contratação pública, em conformidade com o Regime de Carreiras e Remunerações em vigor na Função Pública foram elaborados os Termos de Referência para o efeito, sendo pertinente o alinhamento da mesma em conformidade com a Visão das Finanças Públicas, aprovada pelo Conselho de Ministros, no dia 19 de Junho de 2012.

Quanto ao sistema de queixas para os participantes em concursos públicos, o Regulamento ora em vigor estabelece a prerrogativa dos concorrentes apresentarem Reclamações e Recursos

referentes aos actos de Classificação, Desclassificação e Adjudicação, bem como, por violação das normas do Regulamento, Documentos de Concurso e Vício de forma, incluindo a falta de fundamentação de facto e de direito do acto administrativo, respectivamente.

Relativamente ao fortalecimento da coordenação e comunicação com o sector privado, estão em curso várias acções relativas a articulação com o sector privado, bem como a melhoria do *website*, com vista a responder a demanda e acesso à informação dos processos de contratação realizados pelos diferentes órgãos e instituições do Estado.

Relativamente ao projecto de modernização tecnológica do processo da arrecadação e administração de receitas, o Modelo de Negócios do Sistema e-Tributação, que conta com 4 módulos, nomeadamente, de Registo de Contribuintes (ou do NUIT), das Receitas do Estado, da Rede de Cobrança e de Apoio à Gestão, tendo-se já concluído a elaboração e desenvolvimento do Módulo de Registo do NUIT nos finais de Junho e implantado em produção a 2 de Julho de 2012. Para este efeito, concluiu-se a configuração e desenvolvimento de funcionalidades básicas (Registo de Pessoa Singular, Registo de Pessoa Colectiva e Registo de Actividade), da funcionalidade de Interface ETPM – NUIT e de outras parametrizações relevantes para o uso dessa ferramenta; tendo igualmente concluído a configuração e desenvolvimento da Autenticação e a execução do Plano de Testes e Casos de Testes e a aquisição da infraestrutura de suporte para a disponibilização do serviço do Sistema e-Tributação.

No âmbito do Projecto do Portal do Contribuinte, iniciou-se a criação do Projecto de Modernização de Serviços ao Contribuinte a realizar em duas fases, sendo a primeira a de implementação da central de atendimento (*Call Center*) e, a segunda, a do Portal do Contribuinte, tendo em conta a evolução da implementação do Sistema e-Tributação na base dos módulos neles previstos.

2. Avaliação das Metas do QAD do Ano 2012

Relativamente a matriz do QAD 2012, área de Gestão das Finanças Públicas, no Primeiro Semestre, notamos que do total de 9 indicadores não há registo de meta que corre risco de não ser atingida.

Indicador 27 - Reforma Tributária - Aumento de receita total em 0.5% do PIB

Unidade: 10⁶MT

Descrição	Cobrança 1º Sem. 2011	Programa 1º Sem. 2012	Cobrança 1º Sem. 2012	Realização %	Crescimento Nominal %	% PIB	Estrutura %
Receita Total	39.137,82	46.683,23	43.567,28	93,33	11,32	9,96	100,00
Receitas Correntes	38.128,16	45.960,46	42.806,06	93,14	12,27	9,79	98,25
Receitas Fiscais	32.797,08	39.681,08	38.888,03	98,00	18,57	8,89	89,26
Receitas Não Fiscais	2.489,70	3.184,71	2.352,88	73,88	-5,50	0,54	5,40
Receitas Consignadas	2.841,38	3.094,67	1.565,15	50,58	-44,92	0,36	3,59
Receitas de Capital	1.009,66	722,77	761,22	105,32	-24,61	0,17	1,75

Fonte: GPECI - DPAR

Destes dados depreende-se que a receita cobrada ficou abaixo do programado para o 1º Semestre, sendo o nível de cumprimento mais baixo nas receitas não fiscais e consignadas. No entanto, entre as receitas fiscais que correspondem a cerca de 90% do total, a percentagem de realização foi mais baixa entre os impostos sobre bens e serviços (41.3%), do que nos impostos sobre o rendimento (55%).

Da totalidade de receitas cobrada pela AT, 68,15% resultam dos impostos internos e 31,85% são provenientes dos impostos sobre o comércio externo, sendo estes últimos os que apresentam o mais baixo nível de execução. A contribuição dos mega projectos, para os cofres do Estado corresponde a 5,58% da receita total do Semestre e 0,56% do PIB e, um crescimento em termos nominais, de 92,58%, quando comparado com igual período do ano de 2011.

Perspectiva do Cumprimento das Metas do PES 2012

Apesar de o nível de cobrança da receita ter sido neste Semestre mais baixo que a meta estabelecida para o período, a AT considera realista a possibilidade de recuperação de cobrança durante o 2º Semestre, tendo em conta a tendência dos últimos 5 anos de recuperação neste período e o sobre cumprimento das metas ao fim do ano.

Não obstante este facto, a AT tomou medidas, essencialmente de reforço de capacidades de gestão e controle, com vista a melhoria da arrecadação, viradas sobretudo para as áreas estratégicas de maior arrecadação e para factores críticos, tais como as 3 Unidades de Grandes Contribuintes, os 1º e 2º Bairros Fiscais e Matola, nos impostos internos, os Terminais Internacionais, a Unidade de Visitas e Controlo e os Postos Fronteiriços da Província de Maputo. A arrecadação na área aduaneira é o factor crítico, com incidência na região Sul, e em particular na TIMAR, com esforços para melhoria da implementação do projecto da JUE.

Espera-se a manutenção da estabilidade dos impostos internos. No que diz respeito ao desempenho da economia no que afecta directamente os impostos externos, espera-se até ao fim do ano um ligeiro enfraquecimento do Metical e aumento sazonal das importações em torno da quadra festiva. (ver relatório do Grupo de Crescimento e Estabilidade Económica). Os recursos adicionais em IRPC por ganhos de capital na indústria extractiva recebidos no início do 2º Semestre poderão também contribuir para o alcance da meta de receita total.

Principais Medidas de Política Fiscal e de Administração em 2012

Durante o presente ano, continuam a desenvolver-se acções de fortalecimento do cumprimento das obrigações fiscais, educação fiscal, desenvolvimento dos recursos humanos e modernização tecnológica.

A concretizada implementação do *design* do Módulo NUIT para o e-Tributação, bem como as perspectivas para activação do *call-center*, são resultados que vão permitir o início de uma nova fase no processo de cadastração e atendimento ao contribuinte, bem como em procedimentos modernos de arrecadação fiscal.

Em relação a JUE, esta revela avanços no que diz respeito à arrecadação de receitas, estando em funcionamento em quatro unidades de cobrança das Alfândegas, a partir de Setembro do ano corrente, nomeadamente: TIMAR – Maputo, TIMAR- Beira, TIMAR- Nacala e Alfandega de Tete, e espera-se que funcione em mais 26 unidades de cobrança e Alfândegas, a partir de Setembro do ano corrente.

No que diz respeito à reforma da legislação fiscal e aduaneira, para além de propostas legislativas em elaboração, foi publicada diversa legislação, essencialmente de alteração de artigos sobre lei e códigos do IVA, IRPC, ICE e pauta aduaneira existentes, com vista a introduzir isenções sobre alguns produtos, incentivar a expansão de projectos públicos sobre eletrificação rural, acomodação de novos produtos na pauta como a cerveja de raízes e tubérculos, e facilitação do desembaraço aduaneiro. Sobre toda esta reforma, seria importante ter uma ideia mais clara sobre as expectativas de impacto económico e como estas contribuem para os objectivos do PARP para o aumento da arrecadação fiscal de forma sustentável e justa, assim como para o crescimento inclusivo.

Indicador 28 Taxa de Execução Orçamental Agregada e Sectorial em Relação ao Orçamento Aprovado - Agricultura, Educação, Saúde e Obras Públicas.

Acção em curso, O grupo de trabalho foi recomendado a continuação do trabalho técnico para melhoria da nota técnica.

2.1 Indicador 29 - Melhoria da Cobertura e Abrangência da CGE, de acordo com as normas internacionais (IPAS) (Tranche variável)

Acção em curso – A avaliação do indicador será feita no final de 2012, através da verificação do Plano de Acção aprovado.

2.2 Indicador 30- Operacionalidade do Sistema de Aquisições Melhorado

A presente Nota Técnica baseia-se parcialmente na metodologia do OECD/DAC para a avaliação dos Sistemas de Contratações Públicas, mas com um enfoque particular nas reformas estruturais e nas questões de transparência e integridade, incluindo a disponibilidade de dados e evidências abrangentes.

imensão	Meta 2013 (avaliada em Março 2014)	Meta 2014	Meta 2015	Questões / Pontos de discussão com a UFSA
Implementação de um sistema de informação sobre a contratação pública como nova funcionalidade no e-SISTAFE que permita estabelecer uma base de dados abrangente dos processos de contratação pública a todos os níveis	<p>(i) A funcionalidade operacional no e-SISTAFE e serve como base efectiva para a definição das duas metas dos anos subsequentes</p> <p><i>Meta: Sim / Não (Pilar OECD/MAPS II)</i></p>	<p>(i) % do volume total da despesa pública on CUT, executado via SISTAFE das rubricas de Bens e Serviços e Investimento dos contratos em conformidade com os Regimes Jurídicos e Modalidades de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e de prestação de serviços, estabelecidos nos termos do Decreto nº 15/2010, de 24 de Maio, disponibilizados pela funcionalidade .</p> <p>→ <i>Meta de a definir em 2013 com base no sistema de informação</i></p> <p>(informação desagregada por sector) (Pilar OECD/MAPS I)</p> <p>ii) Informação relativa ao Número de contratos, pagos via direta no e-sistafe e modalidades de concursos analisadas e publicadas anualmente no Portal da UFSA desagregado por:</p> <p>(i) Órgãos Centrais;- Províncias Distritos</p> <p>(ii) <i>Meta: Não / Sim (se todos os dados desagregados tiverem sido publicados)</i> (Pilar OECD/MAPS IV)</p>	<p>(i) % do volume total da Despesa Pública on CUT, executado via SISTAFE rubricas de Bens e Serviços e Investimento dos contratos em conformidade com os Regimes Jurídicos e Modalidades de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e de prestação de serviços, nos termos do Decreto nº 15/2010, de 24 de Maio.</p> <p>→ <i>Meta da % a definir em 2014 com base no sistema de informação</i></p> <p>(informação desagregada por sector) (Pilar OECD/MAPS I)</p> <p>(ii) Estatísticas da contratação pública no portal da UFSA desagregadas e analisadas por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nr. médio de concorrentes pagos via direta no e-sistafe; - Nr. de dias entre a publicação e adjudicação do concurso <p><i>Meta: Não / Sim (se todos os dados desagregados estiverem publicados)</i> (Pilar OECD/MAPS IV)</p>	Importante verificar com a UFSA se é possível medir o limite
Profissionalização da Carreira da Contratação Pública, em conformidade com o Regime de Carreiras e Remunerações em	(ii) Carreira de Contratação Pública aprovado em conformidade com o Regime de Carreiras e Remunerações	<p>(iii) implementação efectiva da Carreira da Contratação Pública</p> <p><i>Meta: Não / Sim</i></p> <p><u>Por definir dos critérios para Avaliação da</u></p>	<p>(iii) Monitoria e Avaliação da implementação efectiva da Carreira da Contratação Pública</p> <p><i>Meta: Não / Sim</i></p> <p><u>Por definir dos critérios para a Monitoria da efectividade da</u></p>	

Vigor na Função Pública	em Vigor na Função Pública. <i>Meta: Sim /Não (Pilar OECD/MAPS II)</i>	<u>implementação efectiva da Carreira da Contratação pública em Setembro de 2013:</u> =	<u>implementação da Carreira da Contratação pública em Setembro de 2014:</u> (Pilar OECD/MAPS III)	
Integridade e Transparencia	(iii) Estabelecido o Plano de Trabalho para o Fortalecimento da colaboração com a IGF e o TA. <i>Meta: Sim /Não (Pilar OECD/MAPS)</i>	(iv) % das supervisões realizadas pela UFSA, referentes as recomendações das auditorias feitas pela IGF, ligadas a contratação pública (v) % das supervisões realizadas pela UFSA, referentes as recomendações das auditorias feitas pelo TA, ligadas a contratação pública <i>Meta: Sim /Não (Pilar OECD/MAPS IV)</i> <u>Por definir as metas para Avaliação em Setembro de 2013:</u>	(iv) % das supervisões realizadas pela UFSA, referentes as recomendações das auditorias feitas pela IGF, ligadas a contratação pública (v) % das supervisões realizadas pela UFSA, referentes as recomendações das auditorias feitas pelo TA, ligadas a contratação pública <i>Meta: Sim /Não (Pilar OECD/MAPS IV)</i> <u>Por definir as metas para Avaliação em Setembro de 2014:</u>	

O indicador do QAD revisto visa facilitar um diálogo entre os Doadores e o Governo no contexto de apoio ao orçamento mais focalizado e estratégico, enquanto os assuntos mais operacionais serão monitorados como parte integral de programas de apoio financiados por Doadores.

O desempenho deste indicador será considerado como “Alcançado” se forem observados os passos estruturais da reforma do sistema de aquisições públicas através da verificação agregada das dimensões do indicador.

2.3 Indicador 31 – % de Recomendações implementadas pelas Entidades auditadas/Inspeccionadas pelos OCI’s, IGF e TA (Recomendações do Relatório e Parecer à CGE de 2010)

Avaliação:

A introdução do indicador trouxe mudanças na gestão de todo o processo de auditoria tanto da IGF como dos outros Órgãos de Controlo Interno (OCI's). Neste momento a IGF está a implementar um sistema de gestão de recomendações que foi desenhado por técnicos da IGF. Todos os OCI's têm sistematizado uma base de dados onde constam as recomendações e o ponto de situação da sua implementação o que antes não existia.

Neste momento os dados disponíveis indicam que a meta do indicador para 2012 será cumprida para as recomendações dos OCI's e da IGF. Não é possível avaliar o grau de cumprimento das recomendações constantes do Relatório e Parecer do TA à CGE porque este processo é liderado pela DNCP. Por causa desta constatação o indicador será reformulado para 2013 e incidirá sobre as recomendações de auditorias realizadas pelo TA.

2.4 Indicador 32 Número de julgamentos realizados e publicados relativos a auditorias que foram concluídas (Tranche variável)

O objectivo é aquilatar a eficácia e efectividade das actividades do Tribunal Administrativo enquanto órgão supremo de controlo externo das finanças públicas. Ainda que não fazendo parte do indicador para 2012, o TA julgará os processos de auditoria e de contas de gerência em *stock*, desencadeará mecanismos e procurará incentivos para acelerar o processo de auditoria, que parte da planificação e execução, até ao julgamento. O Tribunal Administrativo trabalhará, ainda, no estabelecimento dos critérios de seleção de processos a submeter, em primeiro lugar, a julgamento.

2.5 Indicador 33 - Aumento do Grau de Transparência do Orçamento, na óptica da Iniciativa do Orçamento Aberto

Meta para 2013 – propôs-se a «Publicação do Plano de Endividamento Interno». E em relação a brochura «Orçamento Cidadão» seria melhoria da qualidade dos conteúdos.

2.6 Indicador 34 Melhoria da transparência na gestão das receitas de exploração de recursos minerais (Tranche variável)

Avaliação: Em virtude da identificação da metodologia de consignação, a meta para 2012 será considerada atingida aquando da avaliação na Revisão Anual.

Ponto de Situação das Auditorias de Desempenho- Auditoria ao Sector de Calamidades

Foi finalizado o Relatório Preliminar e já foi apresentado num *workshop* em que participaram os parceiros e a entidade auditada.

Auditoria de Desempenho ao Sector de Acção Social- Foi seleccionada a Empresa que vai realizar a auditoria espera-se que e a mesma seja concluída durante o ano de 2013.

3. Proposta de indicadores e Metas para 2013

Indicadores		Metas e comentários		
		2013	Indicativo 2014	Comentários
27	Aumento da receita total em relação ao aumento do PIB	Aumento da receita em 0.3% do PIB	Rever o indicador e meta, para reflectir melhor a composição e determinantes da receita, incluindo parte dos recursos naturais	Meta 2013, segundo dados da proposta OE2013. NT 2013 a ser confirmada, conforme dados e qualidade informação do PIB.
28	Taxa de execução Orçamental Agregada e sectorial em relação ao orçamento aprovado	Meta igual a meta de 2012	A determinar	Recomendou-se a continuação do trabalho técnico para melhoria da nota técnica.
29	Melhoria da cobertura e abrangência da CGE, de acordo com as normas internacionais (IPSAS)	A definir de acordo com o Plano de Acção de implemnetação das IPSAS a ser aprovado; Relatórios e Contas das 4 maiores Empresas Públicas divulgados no jornal de maior circulação e no Boletim da República.	A definir de acordo com o Plano de Acção de implemnetação das IPSAS a ser aprovado; Relatórios e Contas de 6 Empresas Públicas divulgados no jornal de maior circulação e no Boletim da República	1. Proposta de uma pequena reformulação do indicador: "Melhoria da cobertura, abrangência e transparência das Contas do Estado" 2. Sobre a meta 2013 o Governo e os parceiros precisam de algum mais tempo para definição das metas para 2013; 3. Meta será refinada apos aprovação o Plano de Acção
30	Melhoria da operacionalização e integridade no sistema de procurement			

31	% de Recomendações implementadas pelas entidades auditadas/inspeccionadas pelos OCI's, IGF e TA	35 %	Por determinar	
32	Numero de julgamentos realizados e publicados relativos a auditorias que foram concluídas	35%	52%	Estas percentagens reflectem ao número de julgamentos e auditorias a ser realizadas.
33	Aumento do grau de transparência do orçamento, na óptica da Iniciativa de Orçamento Aberto.	- Produção, publicação do Orçamento do Cidadão sobre OE 2014 incluindo aperfeiçoamentos, -Publicação do Relatório sobre endividamento interno.	A ser definido.	Para 2014. Diversas melhorias na transparência poderiam ser consideradas, incluindo melhorias na transparência dos processos orçamentais aos níveis provinciais e distritais.
34	Melhoria da transparência na gestão das receitas de exploração de recursos minerais	Fixado na proposta de Orçamento de Estado, uma taxa de 2,75% de percentagem de consignação da receita sobre a produção	A ser definido	

4. Considerações sobre os Indicadores a Rever a partir de 2013

Indicador 27 -

Para 2014 em diante, propõe-se a reconsideração do indicador, incluindo a composição da receita, determinantes de crescimento e principais medidas de política para o seu alcance, tomando em consideração em particular a contribuição dos megas projectos e das receitas de exploração dos recursos minerais.

Indicador 29 - Para o ano de 2013 e 2014, as notas técnicas serão estabelecidas de acordo com o Plano de Acção de implementação das IPSAS. Para garantir a transparência na gestão das empresas públicas, viu-se a necessidade de acrescentar ao indicador a dimensão “ e da Transparência na Gestão de Empresas Públicas”. A avaliação desta dimensão será feita no 2.º Semestre de 2013, através da verificação dos relatórios e contas das 4 maiores empresas públicas

divulgados até o mês de Junho de 2013, no Jornal de maior circulação e no Boletim da República. Em 2014, o número de empresas públicas cujo relatório e conta deverá passar para 6.

Indicador 31 - A sugestão é reformular em 2013 o indicador que deverá ter duas dimensões, umas referentes as recomendações das OCl's e da IGF e outras referentes as recomendações das auditorias do TA. Em relação a segunda dimensão, o indicador deverá ser orientado para a criação de condições para o início de processo de acompanhamento destas recomendações.

Outro aspecto a considerar refere-se a atualização efectuada dos dados sobre o total de recomendações emitidas pelos OCl's apresentados no Relatório do Processo de Revisão anual. O total de recomendações emitidas pela IGF é de 2504 e não 2533 e o total de recomendações de auditorias emitidas pelos OCl's é de 5803 e não 4910. Ao nível da IGF a alteração dos números é resultado da avaliação da qualidade dos dados existentes no sistema, onde se constatou que havia duplicação de recomendações. Ao nível dos OCl's, foi feito um trabalho de visita aos mesmos que culminou com a recolha e compilação de dados.

Indicadora 34 - Em relação a nota técnica, será actualizada nos termos da metodologia identificada pela DNO que fixará a dotação a consignar às localidades onde operam os projectos mineiros por via da Lei Orçamental. Para 2013, foi fixada na proposta de Orçamento do Estado, uma taxa de 2,75% de percentagem de consignação da receita sobre a produção, nos termos do artigo 19 da Lei nº11/2007.

Síntese da Reunião do Grupo – Sistemas de Monitoria e Avaliação da Pobreza

1. Consenso sobre as metas do QAD 2013:

O Grupo de Sistema de Monitoria e Avaliação da pobreza, tem a responsabilidade sobre a Monitoria do indicador da matriz global **Índice de desenvolvimento Humano Adaptado (IDHA)** Adaptado, para o qual a meta estabelecida para 2013, definida com base na Nota Técnica é 0.194

Ano	Índice do PIB	Índice de Mort. Infantil	Índice de Escolarização	ÍDHA	Mudança
2007	0.202	0.107	0.148	0.152	
2008	0.228	0.109	0.154	0.163	7%
2009	0.235	0.112	0.165	0.171	4%
2010	0.243	0.114	0.169	0.175	3%
2011	0.251	0.116	0.171	0.179	2%
2012	0.259	0.118	0.186	0.188	5%
2013	0.268	0.121	0.183	0.194	3%
2014	0.276	0.124	0.197	0.199	3%

Dando seguimento a observação levantada durante o lançamento do PAFGoG sobre a necessidade de maior atenção ao assunto da segurança alimentar, foi indicado que o PMA está apoiando um estudo sobre a segurança alimentar que ira providenciar alguns dados que serão monitorados no futuro anualmente e que podiam constituir uma outra (quarta) dimensão e consequentemente enriquecer o IDHA.

Reconhecendo que o IDHA não providencia a informação “ideal” para monitorar a pobreza mais constitui o único proxí que existe neste momento, concordou-se em manter o indicador mas enriquece-lo a partir de 2014 com o aspecto de segurança alimentar.

Neste âmbito acordou-se pela indicação do mesmo, na Revisão Anual 2013 como indicador a melhorar ou a mudar (a inclusão do aspecto da segurança alimentar).

Análise da evolução das componentes do IDHA:

1) Índice do PIB:

O Índice do PIB procura captar a evolução do crescimento do PIB sem os Mega projectos em relação com o crescimento da população.

O quadro abaixo apresenta uma breve análise das projecções deste componente:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB real com MPs e Carvão (em MT)	184,050	197,525	212,360	230,198	250,967	270,698
PIB real excl. MPs e Carvão (em MT)	176,257	189,434	203,182	219,412	239,738	259,135
Valor da contribuição dos MP no PIB real (em MT)	7,793	8,091	9,177	10,786	11,229	11,563
Contribuição dos MP³ no PIB	4%	4%	4%	5%	4%	4%
Crecimento contribuição dos MP no PIB		4%	13%	18%	4%	3%
Crecimento PIB sem MP		7%	7%	8%	9%	8%
Crecimento PIB com MP		7%	8%	8%	9%	8%

Baseada nesta análise destaca-se que o quadro Macro prevê um crescimento do PIB similar, com ou sem os grandes projectos, por outras palavras a contribuição dos MP no PIB fica estável em 4 a 5% no PIB total. Deste modo, pode considerar-se que o crescimento da Produção Interna Bruto e sustentado pelo economia em geral.

2) Índice de Mortalidade Infantil:

As projecções do Índice de Mortalidade infantil menor de 1 permanecem tal como estava detalhada na Nota Técnica. Cabe mencionar que segundo os dados preliminares do IDS 2011; a taxa real para 2011 reduziu até 64. Baseado nesta redução, as projecções de 2012-2015 devem ser revistas. Dado que INE ainda não actualizou estas projecções, julgou-se pertinente manter as mesmas para evitar dados contraditórios no futuro.

Esta acentuada redução do Índice de Mortalidade Infantil esta ligado ao aumento do acesso da população aos cuidados neo natais basicos, l, melhorias nas condições de saneamento, melhor assistência medica, etc.

INDICAORES/INDICES	2007	2008	2009	Est. 2010	Proj. 2011	Proj. 2012	Proj. 2013	Proj. 2014
Mortalidade infantil < 1 ano	93.60	91.80	89.62	88	86.2	84.5	82.7	80.9
1/ mortalidade infantil	0.011	0.011	0.011	0.011	0.012	0.012	0.012	0.012
Indice= (1/motalidade infantil)*10	0.107	0.109	0.112	0.114	0.116	0.118	0.121	0.124

3) Índice de Escolaridade:

Esta componente procura analisar a evolução da taxa de conclusão das meninas para EP2 e ES (1). Constatou-se uma estagnação do índice em 2011, que se projecta continuar alguns anos. Este estagnação é em parte devido ao processo de passagem automática, que implicou algumas carências ligadas as competências adquiridas pelos alunos no ensino primario. O MINED

³ Este informação esta disponibilizado no mapa fiscal que e elaborado e mantido actual através do DNEAP. O valor de MPs deriva do somatório do Valor Acrescentado (VA) de: SASOL, Corredor Sand e MOMA, MOZAL, HCB e Construção. O valor do carvão deriva do VA da industria de carvão de Tete e é contabilizado a partir de 2012.

elaborou uma estratégia para fazer face a esta situação, já em implementação, mas os efeitos só terão impacto a médio prazo, razão pelo qual será necessário reflectir sobre outros indicadores que serão mais apropriados para acompanhar o processo de escolarização em Moçambique.

INDICADORES/ÍNDICE	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Proj. 2012	Proj. 2013	Proj. 2014
Taxas de conclusão EP 2 % (feminina)	27%	29%	39%	48%	43%	45%	44%	44%	44%	44%
Taxas de conclusão ES (1) % (feminina)	0%	0%	13%	15%	18%	19%	19%	20%	20%	20%
Taxas de conclusão EP 2 + ES (feminina)/2	0.136	0.1435	0.262	0.315	0.304	0.32	0.3135	0.320	0.320	0.320
Índice = taxa de conclusão (EP1+EP2)/4	0.068	0.07175	0.131	0.1575	0.152	0.16	0.15675	0.160	0.160	0.160

Baseado nesta análise e na revisão dos valores das componentes (do PIB e da escolarização, propõe-se a revisão das metas para 2013 e 2014 como se segue:

Ano	Índice do PIB	Índice de Mort. Infantil	Índice de Escolarização	ÍDHA	Mudança
2009	0.235	0.112	0.152	0.166	1%
2010	0.281	0.114	0.160	0.185	11%
2011	0.308	0.116	0.157	0.193	5%
2012	0.329	0.118	0.160	0.202	5%
2013	0.329	0.121	0.160	0.203	0%
2014	0.339	0.124	0.160	0.208	2%

Neste âmbito, a meta para 2013 fica conformado em 0.203 e para 2014 em 0.208.

2. Identificar os indicadores e/ou metas que correm o risco de não serem atingidos em 2012:

O PAMs só tem um indicador, sendo o IDHA que tem como meta 2012 no QAD de **0.182**. A Nota Técnica indica como meta para 2012 o valor de **0.188**. A diferença das metas para 2012 deve-se ao facto do QAD para 2012 ter sido finalizado antes da Nota Técnica ter sido finalizada. Independentemente da meta a ser considerada para 2012 (0.182 no QAD e 0.188 na NT) e baseada na informação disponível neste momento, pode se considerar que a meta será provavelmente atingida, no valor 0.202.

3. Assuntos de atenção especial:

No âmbito do Grupo de Implementação do Memorando de Entendimento foi indicado um assunto de atenção especial que foi também discutido no Grupo SMAP:

- *Estabelecer um sistema de monitoria do PARP forte e numa base anual de forma a permitir mais análise dos dados apresentados, observando as tendências, bem como a sua melhoria e desagregação por género.*

Quanto ao sistema de Monitoria do PARP. O PARP destaca que :

“Os instrumentos e mecanismos de Monitoria e Avaliação a serem usados constam do Sistema de Planificação Nacional. Neste contexto, destacam-se os seguintes:

- i) Monitoria anual das actividades e das metas associadas aos indicadores de produto através do Balanço de Plano Económico e Social (BdPES) e o Relatório de Execução Orçamental.
- ii) Os mecanismos de monitoria e avaliação participativos envolvendo o Governo, Sociedade Civil e Parceiros de Cooperação Internacional, utilizando, entre vários fora, os Observatórios de Desenvolvimento, o processo de Revisão Anual, o processo da Reunião de Planificação na base da matriz estratégica.”

Neste âmbito, no que concerne **os mecanismos de Monitoria**, foram desenvolvidos os seguintes melhorias na proposta do PES para 2013:

- **Inclusão na Matriz do PES do Código do Programa** (o mesmo código que esta no Módulo de Elaboração do Orçamento) que permite estabelecer a ligação com o OE. Neste contexto será possível analisar a alocação dos recursos aos diferentes programas em geral, e aos 88 programas do PARP em particular. O MF esta trabalhando para incluir na orientações Documento de fundamentação a Mapa dos 88 programmes do PAPR assegurando assim que o REO 2013 ira conter a "execução por programa" providenciando assim meios de verificação da ligação entre o orçamento planeado e do PARP.
- **Estabelecimento de uma matriz** que inclui para cada programa do Governo indicadores de resultado e indicadores de Produto. Estes indicadores estão alinhados com os indicadores da Matriz do PARP. A inclusão dos indicadores do PARP na matriz do PES irá assegurar que as suas metas sejam monitoradas no BdPES.
- **A Matriz dinâmica do PARP:** A actualização das metas do QAD acontece durante o processo de planificação. Neste âmbito, o MPD esta a orientar os sectores no sentido de usarem o processo da elaboração do PES para assegurar uma actualização das metas e no caso de ser oportuno e necessário, dos respectivos indicadores. Este processo é novo e será aprimorado ao longo da sua implementação.

Quanto os **mecanismos de avaliação** podem ser destacados os seguintes aspectos:

- Atendendo a esta preocupação o INE lançou o **INCAF** (Inquérito Continuo aos Agregados Familiares): tem como objectivo principal, servir como ferramenta principal no acompanhamento dos programas de desenvolvimento nacional, através da disponibilização de informação estatística infra-anual; especificamente, entre outros, visa (i) analisar a tendência da pobreza /

condições de vida; (ii) obter estimativas da taxa de emprego/desemprego; (iii) avaliar as condições socio-económicas e expectativas económicas dos Agregados Familiares.

- A amostra foi desenhada para ser representativa a nível nacional, provincial e áreas de residência: urbano-rural: Agregados Familiares Abrangidos, País 10.532; Urbano 7.072 e Rural 3.460
- O INCAF contém indicadores para Educação, Saúde e Deficiência, Força de Trabalho, Despesas/Receitas (ver lista de Indicadores em Anexo)
- O INCAF baseia-se em três questionários (i) *Questionário do Agregado Familiar*, (ii) *Questionário sobre Força de Trabalho*, (iii) *Questionário sobre o Trabalho Infantil (5-17 anos)*
- Além disso, INCAF será modular, pode-se incorporar a cada trimestre novos temas. No primeiro ciclo serão integrados 2 Módulos; um do Trabalho Informal e outro sobre a Educação.
- Com a informação do INCAF será possível fazer a réplica das estimativas da pobreza e assegurar a comparabilidade, numa base anual, dependendo da qualidade de informação a ser disponibilizada. O inquérito, contém a informação básica para a determinação das estimativas de pobreza.
- Há um trabalho corrente ao nível do MPD de ensaio e verificação da coerência entre a informação necessária e a previsão de indicadores do INCAF e uma interação directa com o INE para assegurar a integração de algumas variáveis que estejam em falta no questionário.
- Informações qualitativas complementares poderão ser produzidas com o aprofundamento de análises de alguns indicadores tais como emprego e força de trabalho.
 - ETAPAS:**
 - Maio 2012 – Inquérito Piloto
 - Junho 2012 – formação do pessoal de campo
 - Julho 2012 – Arranque da recolha de dados
- O INE irá disponibilizar a base de dados com os dados recolhidos no mês de Outubro para a Sociedade Civil e os Parceiros poderem analisar a sua consistência.
- O DNEAP está neste momento na fase de finalização do Inquérito sobre as Empresas Manufactureiras (IEM), em parceria com a Confederação das Associações Económicas (CTA) e a Universidade de Copenhaga (UC). O mesmo constitui um seguimento a outros quatro realizados em 1998, 2002, 2006 e 2008 e constitui um esforço colaborativo entre

as três instituições supracitadas. A pesquisa visa perceber a dinâmica das empresas operando no sector manufactureiro em Moçambique, com vista a apoiar a formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento neste sector. O inquérito abrange 827 empresas, dos quais 237 também fizeram parte dos inquéritos antigos. As empresas são localizadas nas grandes cidades em sete províncias (Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza, Sofala, Manica, Tete e Nampula) e são do sector formal bem como o sector informal. A colecção de dados já terminou e é esperado um relatório descritivo em Novembro 2012.

4. Sobre o Tema: *Dialogar sobre as visões e possibilidades para estimular a criação de emprego na sua área temática e como esta área pode contribuir para um crescimento económico mais abrangente.*

Considerando que o emprego é um dos factores determinantes para a redução da pobreza, constata-se que o sector de emprego é um sector órfão em termos de apoio financeiro consolidado dos PAPs. Os Fundos comuns (mecanismo de ajuda com maior eficácia – fora de AGO) está neste momento em 13 diferentes instituições do qual não tem nenhum que visa a promoção de Emprego. 75% dos Fundos Comuns são dirigido ao Objectivo de Desenvolvimento Humano-Social e o restante 25% fica espalhado entre o Objectivo 1 e os 2 pilares de Apoio.

O MITRAB e MIC recebem só apoio de diferentes projectos tendo grande custo de transacção nas mesmas instituições. Será oportuno analisar em conjunto como os Ministérios “chave” para a promoção de emprego podem ser “apoiados” para capitalizar e melhorar o seu papel catalisador no processo de promoção de emprego.

Outro desafio esta ligada com a disponibilidade e a qualidade de dados sobre emprego para monitorar o impacto na criação de emprego e crescimento. Acordou-se que o PAMs tem um papel importante a desempenhar e podia organizar uma reflexão conjunta apresentado as diferentes dados disponíveis e amostrando alguns ideias para melhorar o sistema de monitoria no âmbito do emprego.

5. Analisar a alistar os principais estudos e revisões a serem coordenados e levados a cabo em 2013, o respectivo responsável e o seu respectivo calendário.

Ainda não foram identificados novos estudos no âmbito do processo da RP para esta área.

Síntese da Reunião do Grupo – Assuntos Transversais

I— Avaliação do desempenho a luz do PES 2011 / Indicadores do QAD

O novo figurino da estruturação das áreas e grupos no PARP não permitiu que os assuntos transversais tivessem indicadores contemplados no QAD. No entanto, a julgar pela monitoria dos indicadores constantes dos PES sectoriais constata-se alguma evolução nuns sectores, sendo que noutros dever-se-ão imprimir esforços redobrados no semestre em curso.

Realizações

I HIV/SIDA

A prevenção e mitigação do impacto do HIV e SIDA sofreram desaceleração com a redução significativa dos financiamentos derivados da retirada de muitos parceiros que apoiavam os programas. Este problema foi mais sintomático ao nível das acções levadas a cabo pelas organizações da sociedade civil que eram apoiadas em grande volume pelos fundos alocados ao CNCS. Ao nível do sector público assistiu-se à aceleração da integração do HIV e SIDA nos Planos Sectoriais, sendo de destacar os Ministérios das Finanças, do Interior, dos Negócios Estrangeiros, da Educação e da Função Pública. Os programas de luta contra o HIV e SIDA no local de trabalho levadas a cabo pelo Sector Privado cresceram, como também continuou dinâmica a campanha multimédia para a redução de parceiros sexuais e consciencialização das comunidades sobre o perigo do HIV e SIDA. Estas acções foram acompanhadas da distribuição de preservativos masculinos e femininos à escala nacional e da promoção da circuncisão que contribui para reduzir a vulnerabilidade biológica à infecção, ainda que apenas do lado masculino.

A execução orçamental global do CNCS situou-se em 69%.

Tratamento Anti-retroviral e Profilaxia para a Redução da Transmissão Vertical

Estima-se em 651.229 o número de pessoas elegíveis (adultos e crianças) ao TARV em 2012. Destas, apenas 297.801 foram tratadas até agora. Dados até Abril do ano em curso indicam que mais 21.696 adultos iniciaram o TARV. Igualmente 2.544 crianças beneficiaram de TARV pediátrico.

II Género

Descrição do progresso nos assuntos de atenção especial levantados na revisão anual de 2012 - referência assunto de atenção especial número N. 2: Estabelecer um Sistema de Monitoria do PARP forte e numa base anual de forma a permitir mais análise de dados apresentados observando as tendências bem como a sua melhoria e desagregação por género.

Constatações e Recomendações

Prosseguiram os esforços para assegurar a integração dos assuntos de género no processo de planificação a todos os níveis. Foram fortalecidas as metodologias de elaboração do PESOE/BDPESOE para uma abordagem harmonizada dos assuntos transversais com enfoque na desagregação dos dados por género e capacitados planificadores ao nível central provincial e distrital pelo MPD e, pontos focais de género de todos os sectores ao nível central em conjunto pelo MMAS e MPD. Na sequência da capacitação torna-se fundamental que a matriz do PES inclua espaços para facilitar a introdução da informação sobre as metas e beneficiários de forma desagregada por género. É imperioso que o cumprimento integral da metodologia seja vinculativo para assegurar a efectividade do sistema de monitoria do PARP.

1. Grau de inclusão dos Assuntos de Atenção Especial e as suas propostas no PESOE de 2012

Análise não efectuada devido a indisponibilidade da proposta do PES-2013.

3. Proposta de Estudos analíticos a serem realizados em 2013

Com base na análise do Balanço do PES do 1 Semestre de 2012 propõe-se a realização de um estudo sobre os factores que concorrem para o não cumprimento das orientações metodológicas da elaboração do PES no que respeita a integração dos assuntos transversais particularmente a desagregação dos dados por sexo e identificação de medidas para ultrapassar os constrangimentos.

III Meio Ambiente

Sem dados

IV Desminagem

Entre Janeiro e Junho do presente ano, foram levadas a cabo 43 tarefas de monitoria e fiscalização junto aos operadores de desminagem, nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete. Igualmente, no mesmo período foram realizados quatro encontros de reconciliação de infirmação contida nas bases de dados dos operadores de desminagem. Em termos de áreas desminadas foram registadas 130 áreas que correspondem 1.375.388 m², onde foram destruídas 3.679 minas e 279 Uxo's. Estes resultados representam cumprimento de 17% da tarefa programada para o ano. A baixa realização da tarefa deveu-se ao desembolso tardio de fundos.

Para o ano de 2013, O Sector de Desminagem tem como metas desminar 123 áreas correspondentes a 8 milhões de m² nas províncias de Maputo, Inhambane, Sofala, Manica e Tete. Pretende também sensibilizar 300 pessoas sobre o perigo de minas, realizar 50 visitas de

monitoria e fiscalização aos operadores de desminagem e ainda capacitar a PRM e FADM na matéria de destruição de engenhos explosivos.

V Ciência e Tecnologia

Sem dados

VI Segurança alimentar e nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tem como indicador do Quadro de Avaliação Desempenho (QAD): a % da população com Insegurança alimentar e nutricional crónica é indicador de resultado, sendo avaliado anualmente o progresso através da % de agregados familiares com qualidade da dieta aceitável, com uma meta de 5% ano. Contudo, devido a limitação de recursos este indicador não foi avaliado, estando agendada uma monitoria para o quarto trimestre do presente ano. Dos dados disponíveis, pode-se constatar que persistem necessidades de assistência social para a recuperação dos AFs mais vulneráveis afectados pelos choques, onde a estiagem/seca afectou com maior severidade a zona sul, abrangendo um total de 255.300 pessoas em InSAN.

É preciso salientar que a questão de SAN, foi reforçada como uma prioridade nacional e regional com a realização da Conferência dos Chefes de Estado e do Governo da CPLP, onde aprovou-se o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade (CONSAN-CPLP), presidido por Moçambique, através do Ministro da Agricultura, pelo que há uma necessidade de rever o indicador e propor um que reflecta melhor a melhoria de SAN e ligação com pobreza num contexto da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP.

VII Desenvolvimento Rural

Sem dados

VIII Calamidades Naturais

Sem dados